

TRIBUNAL DE CONTAS

Secção Regional dos Açores



Electricidade dos Açores, S.A.

Auditoria A-19/2002 – 2003

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Unidade de Apoio Técnico III – SPE



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Índice

I.	Introdução	5
II.	Objectivo e Âmbito da Auditoria	6
II.1.	Objectivos Específicos.....	8
III.	Metodologia Utilizada	9
III.1.	Reuniões com os Responsáveis	9
III.2.	Levantamento do Controlo Interno	9
III.3.	Verificação Documental.....	11
III.4.	Verificação Física.....	12
III.5.	Determinação da Amostra	13
III.6.	Condicionantes e Limitações.....	13
IV.	Enquadramento.....	14
IV.1.	A Empresa EDA.....	14
IV.2.	Os órgãos sociais da empresa	15
IV.3.	Análise da Situação Económico – Financeira	16
V.	Matérias Auditadas	22
V.1.	Projecto: Sistema de Informação da EDA - 2.º Fase	22
V.1.1.	Ficha Sinóptica do Projecto	22
V.1.2.	Sumário das Conclusões.....	25
V.1.3.	Enquadramento	26
V.1.3.1.	Benefícios Para o Promotor	26
V.1.3.2.	Objectivos	26
V.1.3.3.	Caracterização.....	27
V.1.4.	Financiamento do Projecto	30
V.1.5.	Apreciação do Resultado das Verificações	31
V.1.6.	Aplicação dos Normativos Nacionais e Comunitários.....	31
V.1.7.	Pagamentos Efectuados.....	32
V.1.8.	Ponto de Situação	46
V.1.8.1.	Controlo Interno do Projecto.....	46
V.1.8.2.	Efeitos Directos e Indirectos.....	47
V.1.8.3.	Indicadores Pré / Pós Projecto	48
V.1.8.4.	Execução Financeira	49
V.1.8.5.	Verificação Física	51
V.2.	Análise às Despesas de Representação (Sub-Conta 62.221).....	52
V.2.1.	Âmbito e Objectivo.....	52
V.2.1.1.	Determinação da Amostra.....	52



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

V.2.1.2.	Verificação Documental.....	52
V.2.1.3.	Testes Efectuados.....	52
V.2.1.4.	Matérias Analisadas	52
V.2.2.	Análise dos Extractos dos Centros de Custo	53
V.2.2.1.	Desp. de Representação / Sub. de Alimentação / Aj. de Custos.....	54
V.2.3.	Despesas Geradas no Âmbito da Utilização do Cartão de Crédito	55
V.2.3.1.	Análise dos Extractos dos Cartões de Crédito.....	55
V.2.3.2.	Os Documentos Justificativos da Despesa / Pagamento	57
V.2.3.3.	Despesas de Representação / Ajudas de Custo.....	58
VI.	Contraditório	60
VII.	Conclusões / Recomendações	61
VII.1.	Sistema de Informação da EDA - 2. ^a Fase.....	61
VII.2.	Despesas de Representação (Sub-Conta 62.221).....	61
VIII.	Decisão	63
IX.	Anexo	64
IX.1.	Nota.....	64
IX.1.1.	Análise da Situação Económico – Financeira	65
IX.2.	Ficha Técnica.....	70
IX.3.	Nota de Emolumentos	71



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

GLOSSÁRIO

CA – Conselho de Administração

DREPA – Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores

EDA – Electricidade dos Açores, SA

EDP - . Empresa de Electricidade de Portugal

EEG – Empresa de electricidade e gás

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado EEG

ORRA – Orçamento da Região Autónoma dos Açores

ONIAÇORES – Infocomunicações, SA

PEDRAA – Programme Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores

RAA – Região Autónoma dos Açores

S.A.- Sociedade Anónima

SAP- “ Empresa de Soluções Informáticas – Software ”

SGPS – Sociedade de Gestão de Participações Sociais

SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A.

TC – Tribunal de Contas

UE – União Europeia



Tribunal de Contas
Secção Regional dos Açores

Electricidade dos Açores, S.A.

Auditoria A-19/2002 / 2003

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Unidade de Apoio Técnico III – SPE



I. Introdução

As sociedades anónimas em que os capitais públicos representem de forma directa a maioria do capital social, estão sujeitas aos poderes de controlo financeiro do Tribunal de Contas, de acordo com o n.º 2, do artigo 2.º e artigos 5.º, 51.º e 55.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

De acordo com o artigo 50.º da referida Lei, o Tribunal de Contas «... assegura a fiscalização da comparticipação Nacional nos recursos próprios comunitários e da aplicação dos recursos financeiros oriundos da União Europeia.»

As principais fontes de financiamentos dos investimentos promovidos pelas diferentes Sociedades Anónimas sobre a tutela do Governo Regional têm origem nos seus recursos, em financiamentos alheios e ou nos Fundos Estruturais da União Europeia para Portugal, como é o caso da empresa Electricidade dos Açores, SA.

Sendo que os financiamentos dos investimentos promovidos pela EDA se inserem neste âmbito, a Secção Regional desenvolve, no quadro dos objectivos que tem por si definidos e aprovados, análises aos projectos de investimento e acompanha as suas execuções materiais e financeiras.

Por outro lado, como uma das competências específicas do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores – é a elaboração do Relatório e Parecer da Conta da Região onde é dado destaque às transferências do ORAA e aos recursos financeiros transferidos dos fundos estruturais da União Europeia para Portugal, e destinados à cobertura dos investimentos implementados por diferentes organismos, analisam-se os projectos e acompanha-se a sua execução, como já se referiu, no âmbito dos fundos comunitários previstos.



II. Objectivo e Âmbito da Auditoria

A auditoria à empresa Electricidade dos Açores, S.A. (EDA) consta dos Planos de Acção para os anos de 2001 a 2004 desta Secção Regional, tendo como fundamento os artigos 50.º e 55.º da Lei 98/97, de 26 de Agosto.

Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas¹, de 25 de Março de 2003, altura em que se procedia à finalização do relatório de auditoria, aquele foi suspenso com vista a alargar-se o âmbito, para averiguar da legalidade e regularidade das despesas realizadas na representação da empresa nos últimos dois anos, utilizando para o efeito a técnica de amostragem.

As acções que tiveram, respectivamente, início em Junho de 2001 e Julho de 2003, desenvolveram-se em três fases, a saber:

1.ª Fase – Preparação interna do dossier permanente:

- Apreciação dos estatutos da EDA e da legislação geral em vigor para o sector;
- Recolha e organização da informação económica e Financeira da empresa;
- Estudo da legislação de enquadramento de candidaturas de investimentos a apoios comunitários – FEDER;
- Recolha e pré-análise dos elementos constituintes do projecto de Investimento “Sistema de Informação da EDA - 2.ª Fase”, bem como do processo de Candidatura aos Fundos Comunitários – FEDER.

2.ª Fase – Trabalho de Campo:

- Avaliar o sistema de informação e de controlo existente nas suas diferentes áreas com vista a testar a fiabilidade do controlo interno;

¹ Vide despacho de 25 de Março de 2003.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

- Análise do dossier do investimento, sua organização, instrução documental, legalidade e regularidade das operações subjacentes ao projecto;
- Averiguação da regularidade das despesas realizadas no âmbito da representação da empresa no período de Maio 2001 a Maio de 2003, utilizando para o efeito a técnica de amostragem;

3.^a Fase – Estruturação, organização e tratamento de toda a informação, com elaboração do relatório.



II.1. Objectivos Específicos

- Determinar o sistema de controlo interno implantado, nos diversos sectores da EDA;
- Análise do projecto "Sistema de Informação da EDA - 2.ª Fase".

Tendo em conta que este projecto foi objecto de co-financiamento pela União Europeia, através do Fundo estrutural FEDER, a auditoria recaiu sobre o cumprimento dos objectivos propostos no projecto, sobre o acompanhamento das aplicações das transferências dos Fundos Comunitários para a RAA / EDA e dos fundos da EDA, bem como do acompanhamento físico do empreendimento – grau de execução, a saber:

- Análise do processo de candidatura aos Fundos Comunitários;
 - Análise da execução material e financeira do projecto;
 - Análise das despesas justificativas do investimento para aquilatar da boa aplicação dos Fundos Comunitários;
 - Avaliação da aplicação dos normativos – nacionais e comunitárias – relativos à realização de despesas e aquisição de bens e serviços;
 - Avaliação do sistema de controlo interno do projecto.
-
- Aferir a legalidade e regularidade das *Despesas de Representação* (sub - conta 62.2201) da EDA, privilegiando-se a análise dos documentos de suporte da despesa com origem no *Conselho de Administração* e seu *Secretariado* e ainda naqueles que tiveram proveniência nas direcções mais relevantes da empresa, nomeadamente na produção e na distribuição.



III. Metodologia Utilizada

III.1. Reuniões com os Responsáveis

Na empresa foram promovidas reuniões com o Presidente e Vogais do Conselho de Administração bem como com os responsáveis pelos sectores de contabilidade e administrativo, financeiro, produção, distribuição, comercial, planeamento, aprovisionamento e auditoria interna, que se disponibilizaram para prestar, nas diferentes sessões de trabalho, toda a informação e apoio, não havendo quaisquer limitações ao trabalho desenvolvido pelos auditores, facto que merece o devido registo.

III.2. Levantamento do Controlo Interno

Relativamente a esta matéria constatou-se, logo no início dos trabalhos de campo, existirem condicionantes significativas, que tornavam inoportuno proceder-se ao levantamento, acompanhamento e avaliação do sistema de controlo interno da EDA, porquanto os trabalhos coincidiam, em grande medida, com o processo, em curso, de reestruturação e modernização da empresa, traduzido na implementação de um novo sistema aplicacional informático - ferramenta de gestão integrada "SAP". O processo de reestruturação consistia na instalação de novas aplicações (software) e, conseqüentemente, novos procedimentos / rotinas que passavam, transversalmente, por todos os sectores da estrutura, nomeadamente, entre outros, na produção, na distribuição, no planeamento estratégico, no investimento (gestão de projectos), no aprovisionamento, no orçamento, (controlo orçamental), na gestão financeira, nas contabilidades geral e analítica e serviços administrativos, na tesouraria, na facturação, sector comercial, recursos humanos, sector de auditoria interna, etc.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

O novo sistema – “SAP” – em fase de testes, mas já em arranque e funcionamento, em paralelo, embora, com o anterior sistema, constitui um potente instrumento de gestão em tempo real que gere e integra todos os departamentos e operações por “interfaces”, entre todos os serviços da empresa, obrigando à introdução de novas rotinas e procedimentos e à alteração de outras.

Não obstante o exposto, verificou-se, através de dossiers dos diferentes departamentos, nomeadamente de auditoria interna, dos circuitos de informação e dos procedimentos das diversas operações, existir uma organização com segregação de funções bem definidas e com um sistema de controlo interno eficaz, em que as rotinas estão todas pré-definidas em regulamentos e manuais de procedimentos (por departamentos, serviços e sectores) que, a não serem tomados em conta, impediam qualquer continuidade das operações, fossem as mesmas de que natureza fossem.

A equipa de auditoria confirmou o sistema, pelo acompanhamento (teste substantivo), em tempo real, de operações de aquisição de material, desde o seu início, (procedimentos de consultas, requisições, autorizações/adjudicações, níveis de competência, cabimentação orçamental, concretização da despesa, aprovisionamento, registos contabilísticos, pagamentos).

O serviço de auditoria interna da EDA, através dos seus planos de auditorias, exerce a sua actividade em todos os campos da empresa e acompanha e colabora nos trabalhos dos auditores externos, conforme verificado pelos dossiers que foram presentes.

Todo o sistema de controlo interno ficou salvaguardado, com introdução de melhorias, no novo sistema “SAP”, conforme se teve oportunidade de confirmar durante a apresentação da nova aplicação informática e pelos seus “lay-outs”, nas diferentes vertentes de gestão e controlo.

Pode concluir-se que a empresa, que já detinha um sistema de controlo interno eficaz, passará, com a sua nova e potente ferramenta de gestão integrada, a exercer toda a gestão num suporte moderno, oferecendo garantias de controlo e ganhos de economia, eficiência e eficácia.



III.3. Verificação Documental

Relativamente à análise do projecto *“Sistema de Informação da EDA “2.ª Fase”* privilegiou-se a realização de verificações processuais e documentais com vista a:

Verificar a organização do processo de candidatura, nomeadamente a nível da instrução e composição documental;

Verificar os requisitos prévios e posteriores à realização do projecto e da sua adequabilidade aos procedimentos tidos como de boa gestão;

Verificar a documentação financeira do projecto e da sua conformidade com os preceitos legais, no que concerne à realização das despesas, no período de 1997 a 2000 (4 anos), através da seguinte metodologia:

- Confrontação dos quadros financeiros com os correspondentes suportes comprovativos, com vista a aferir da sua consistência;
- Verificação da elegibilidade das despesas apresentadas;
- Realização de testes substantivos e de conformidade sobre os documentos de despesa;
- Aferição da legalidade e regularidade na realização da despesa de investimento com respeito pelas normas nacionais e comunitárias;
- Avaliação da periodicidade de apresentação dos pedidos de pagamento.

Atendendo ainda à especificidade de um dos objectivos da acção – verificação do projecto de informatização - optou-se por analisar a totalidade dos itens constantes da relação de documentos de despesa, bem como outros complementares.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Numa segunda fase, procedeu-se à verificação dos procedimentos utilizados no referente ao suporte das despesas elegíveis, a enviar para a unidade de gestão (DREPA), no âmbito do programa de apoio Comunitário, previsto no PEDRAA - (FEDER), para efeitos de obtenção das transferências para cobertura financeira do projecto.

No tocante à análise da sub - conta **62.2201 – Despesas de Representação** privilegiou-se a verificação dos documentos de suporte, dos registos contabilísticos, do processamento e do pagamento das despesas.

A última fase dos trabalhos culminou com o tratamento e a análise das informações recolhidas, consubstanciadas no relatório de auditoria.

III.4. Verificação Física

Com o objecto de se estabelecer o confronto entre a execução financeira e a efectiva concretização dos investimentos, procedeu-se a um teste de materialidade, concluindo-se pela finalização do projecto.



III.5. Determinação da Amostra

Os elementos que constituíram a “**Amostra**” do projecto “**Sistema de Informação da EDA 2.ª Fase**” foram a totalidade dos documentos de suporte.

No que concerne à verificação, por amostragem, dos documentos de suporte da sub - conta **62.221 – Despesas de Representação**, a metodologia utilizada consistiu na pré selecção dos centros de custos mais relevantes (que poderiam desencadear a assumpção daquele tipo de despesas) e posterior determinação dos documentos a serem analisados.

III.6. Condicionantes e Limitações

No desenvolvimento dos trabalhos de campo, a equipa técnica de auditoria não se deparou com factores que limitassem a acção, com excepção da avaliação do sistema de controlo interno, conforme os motivos referidos no ponto “**Levantamento do Controlo Interno**”.

Cumpram-se a total e voluntariosa disponibilidade e colaboração prestadas, pelos dirigentes e colaboradores da empresa, que foram sempre patentes no decurso dos trabalhos



IV. Enquadramento

IV.1. A Empresa EDA

A Electricidade dos Açores foi criada pelo Decreto Regional n.º 16/80/A, de 21 de Agosto, e transformada em sociedade anónima pelo Decreto – Lei n.º 79/97², de 8 de Abril. É uma empresa de capitais públicos, sendo, 90% do seu capital detido pela RAA e os remanescentes, 10%, pela EDP Participações, SGPS, SA.

Conforme o n.º1, do art.º 3º, do Estatuto da EDA, SA, constitui objecto principal desta empresa:

- *a produção*
 - *a aquisição*
 - *o transporte*
 - *a distribuição*
 - *a venda*
 - *o exercício de outras actividades relacionadas com aquelas.*
-
- The diagram consists of a vertical list of six items, each preceded by a blue dot. A large right-facing curly bracket groups the first four items: 'a produção', 'a aquisição', 'o transporte', and 'a distribuição'. To the right of the bracket is a light blue, wavy-edged rectangular box containing the text 'Energia Eléctrica' in bold black font.

A celebração de um contrato de concessão do transporte e distribuição de energia eléctrica entre a RAA e a EDA, SA, concedeu a responsabilidade, a esta empresa, de exercer a actividade de que é objecto de concessão pelo prazo de **50 anos**, contados **a partir de 12 de Outubro de 2000**, data de aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000³.

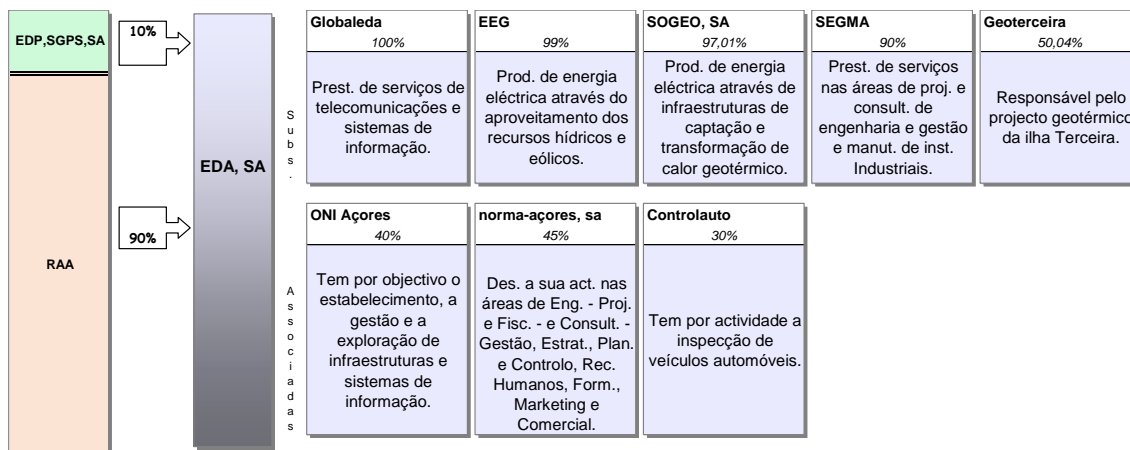
A EDA, SA é detentora de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas, nomeadamente, Globaleda, EEG, SOGEO, Segma, Geoterceira, ONI Açores, a Norma Açores e Controlauto, como se pode verificar no Gráfico I.

² Decreto – Lei n.º 79/97, de 8 de Abril – Transforma a EDA – Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. em sociedade anónima.

³ Vide página n.º 53 do Relatório e Contas de 2002.



Gráfico I - EDA, SA e empresas subsidiárias e associadas



Fonte: Relatório e Contas de 2002

IV.2. Os órgãos sociais da empresa

O capítulo III do Decreto – Lei n.º 79/97, de 8 de Abril define a estrutura e composição dos órgãos sociais, os quais são constituídos pelo:

- Conselho de Administração (art.º 11.º ao art.º 16.º do Decreto – Lei n.º 79/97, de 8 de Abril);

Presidente do CA	José Manuel Monteiro da Silva	-
Administrador	Francisco Manuel Sousa Botelho	-
Administrador	António Luís Gusmão Teixeira	-
Administrador	Luís Filipe Lucena Ferreira	EDP
Administrador	João José Gomes de Aguiar	EDP

- Assembleia Geral (art.º 7.º ao art.º 10.º do Decreto – Lei n.º 79/97, de 8 de Abril).

As contas da sociedade, de acordo com o estabelecido no n.º 5 do art.º 6.º do Decreto – Lei n.º 79/97, de 8 de Abril, são fiscalizadas por um fiscal único nos termos do Decreto-Lei n.º 26-A/96, de 27 de Março.



IV.3. Análise da Situação Económico – Financeira

O quadro seguinte apresenta, de forma resumida, a evolução económico - financeira da EDA nos últimos três exercícios (2000, 2001 e 2002).

Quadro I – Situação Económico Financeira

Designação		2000	2001	2002
Balço Funcional				
Activo Fixo	10 ³ euros	289.209	305.219	305.113
Necessidades Cíclicas	10 ³ euros	23.884	20.378	29.450
Tesouraria Activa	10 ³ euros	22.906	28.425	46.879
	Total Activo	335.999	354.023	381.442
Capital Permanente	10 ³ euros	256.284	277.119	263.085
Recursos Cíclicos	10 ³ euros	14.600	16.205	23.587
Tesouraria Passiva	10 ³ euros	65.115	60.699	94.771
	Total Capital Próprio e Passivo	335.999	354.023	381.442
Produção e Vendas				
Produção	GWh	520,1	559,2	600,9
Vendas	10 ³ euros	54.337	57.461	61.453
Resultados				
Resultados Operacionais	10 ³ euros	3.442	6.369	5.064
Resultados Financeiros	10 ³ euros	-7.504	-8.375	-4.128
Resultados Líquidos	10 ³ euros	113	178	3.169
Cash-flow Líquido	10 ³ euros	21.857	13.263	17.488
Estrutura Económica				
Produção	%	100,0%	100,0%	100,0%
Custos Variáveis	%	27,6%	31,1%	35,5%
Margem bruta	%	72,4%	68,9%	64,5%
Meios libertos totais	%	29,3%	28,5%	29,7%
Autofinanciamento	%	18,3%	16,7%	20,6%
Resultados Líquidos	%	0,1%	0,2%	3,7%
Rácios Financeiros				
Endividamento	%	70%	71%	70%
Estrutura do Endividamento	%	34%	30%	44%
Solvibilidade		0,51	0,47	0,50
Autonomia Financeira	%	30%	29%	30%
Liquidez Geral		0,56	0,59	0,42
Liquidez Reduzida		0,45	0,48	0,35
Fundo de Maneio	10 ³ euros	-32.925	-28.100	-42.028
Nec. Fundo de Maneio	10 ³ euros	9.284	4.173	5.864
Tesouraria Líquida	10 ³ euros	-42.209	-32.273	-47.891
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade Capital Próprio		0,11	0,18	2,78
R rácios de distribuição				
R Líquidos por acção	euros	0,01	0,01	0,23
Cash-flow por acção	euros	1,56	0,95	1,25
N.º de Acções		14.000.000	14.000.000	14.000.000
R rácios de recursos humanos				
N.º de Trabalhadores*		804	775	733

* Não inclui trabalhadores requisitados e cedidos

Fonte: Relatório e Contas de 2001 e de 2002



Situação Económica

Margem Bruta (Custos Variáveis/Produção)

A produção de energia manteve uma tendência crescente ao longo do triénio em análise, tendo registado, em 2002, um incremento de 7% (mais 41,7 GWh) relativamente ao ano anterior. A produção, em valor, que engloba as vendas, prestações de serviços e subsídios à exploração, registou um crescimento de 6%, relativamente ao mesmo período. Tal resultou da empresa ter registado, na rubrica Subsídios à Exploração⁴, 13,4 milhões de euros com vista a compensar os custos anuais decorrentes da convergência tarifária de 2002.

Os custos variáveis caracterizaram o seu comportamento, também, por uma tendência crescente, em consequência dos aumentos⁵ verificados na aquisição de energia, no custo dos combustíveis e lubrificantes e nos materiais diversos.

O acréscimo ocorrido nos custos variáveis, + 21%, não teve repercussão proporcional no acréscimo da produção em valor. Os efeitos desta ocorrência estão patentes na Margens Brutas da empresa, no triénio em análise, que se caracterizam por uma tendência de quebra.

Meios Libertos Totais (Margem Bruta – Custos Pessoal – FSE – Outros)

Os Meios Libertos Totais da empresa, no triénio em análise, apresentaram-se praticamente sem variações. As ligeiras oscilações ocorridas nos anos de 2001 e 2002, resultaram, respectivamente, do decréscimo dos Custos com Pessoal, e dos Ganhos obtidos em Empresas do Grupo e Associadas.

Os Encargos Financeiros apresentam um comportamento com variações relativas muito ténues. O peso destes encargos, relativamente ao total, nos três últimos anos, é de, respectivamente, 10%, 11% e 9%, percentagens essas, que por si só, traduzem o elevado nível de endividamento da Empresa.

⁴ Vide página n.º 75, ponto 44 – Vendas e Prestações de Serviços – do Relatório e Contas de 2002.

⁵ Conforme as informações constantes da página n.º 38 do Relatório e Contas de 2002.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

De acordo com as informações constantes do Relatório e Contas de 2002 (página n.º 7) a diminuição dos encargos financeiros, resultou da redução da *“taxa média de juro de 5,03 para 4,08%”*.

Resultado Líquido (Autofinanciamento – Provisões – Amortizações)

No ano de 2002, a EDA apresentou um Resultado Líquido de 3 milhões de euros.

A melhoria verificada nos Resultados Líquidos, no triénio em análise, decorreu, sobretudo, dos valores contabilizados relativos aos custos anuais de convergência do tarifário e dos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas.

Verificaram-se acréscimos dos Custos, relativamente a 2001, em todas as rubricas, com excepção para os Fornecimentos e Serviços Externos e Encargos Financeiros.

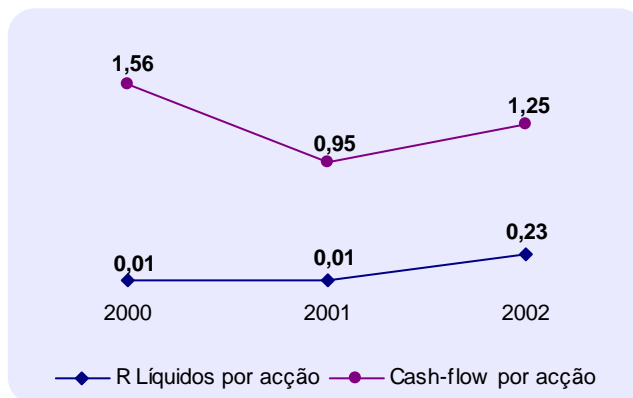
No que concerne às verbas decorrentes do processo de convergência tarifária, destaca-se a reserva⁶ efectuada pelos auditores externos constante do Relatório de Auditoria anexo ao Relatório e Contas de 2002 *“Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha registado na rubrica “Acréscimos de Proventos” o montante de 30.786.590 euros correspondente à comparticipação do Estado para a convergência tarifária dos exercícios de 1998 a 2002, do qual o montante 13.439.378 euros foi reconhecido em proventos do exercício de 2002. Já em 2003, a empresa recebeu uma proposta de contrato relativo à convergência tarifária a celebrar com o Governo da República para o período 1998 a 2002 que se encontra enquadrada com a conta a receber acima mencionada registada pela Empresa, mas no qual se prevê que a comparticipação acima referida seria paga a prazo. Em virtude de, a esta data, a Empresa se encontrar a discutir o plano de pagamentos propostos, não nos é possível concluir quanto ao eventual impacto financeiro e contabilístico desta forma de pagamento, nomeadamente pelo efeito do valor actual desta conta a receber”*.

Os Resultados Líquidos por acção atingiram, no ano de 2002, € 0,23, valor superior ao registado no ano de 2000 e de 2001. O cash-flow por acção verificou um comportamento irregular ao longo do triénio em análise, alcançando em 2002 o valor mais elevado, € 1,25.

⁶ Vide ponto 2 – Apreciação e certificação de contas individuais –, página n.º 84 do Relatório e Contas de 2002.



Gráfico II - RL e Cash-flow por acção



Situação Financeira

A empresa apresenta um elevado nível de endividamento, ou seja 70% (267 milhões de euros) do seu financiamento assenta em Capital Alheio, sendo que mais de 40% se vence no curto prazo.

O financiamento bancário, que ascende a 203 milhões de euros, corresponde a 76% do total do Capital Alheio.

A Autonomia Financeira da empresa, no ano de 2002, e à semelhança do ano 2000 e 2001, situou-se nos 30%. Este nível de Capitais Próprios deriva da influência de, no cálculo do rácio, se ter tomado em consideração nos Capitais Próprios os montantes de subsídios a fundo perdido, para o investimento, recebidos do Governo Regional e da Comunidade Europeia (64 milhões de euros), os quais, só por si, representam 56% do total do Capital Próprio.

De acordo com as informações constantes no Relatório e Contas 2002 *"As participações comunitárias, atribuídas a fundo perdido, a projectos apresentados pela EDA são contabilizados na rubrica de Proveitos diferidos com base na sua execução financeira, independentemente do seu recebimento e reconhecidas na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas financiadas. As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros no custo de empreendimentos são contabilizadas quando facturadas, sendo transferidas para resultados durante 20 anos, o qual corresponde ao período de vida útil das imobilizações financiadas"*. (vide página n.º 58 do Relatório e Contas de 2002)



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

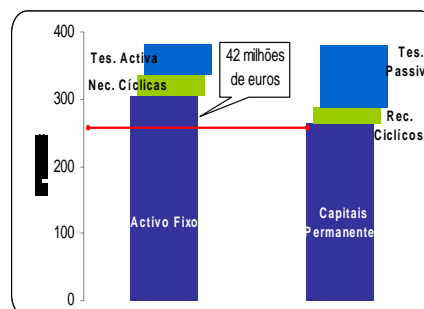
A não consideração dos referidos subsídios contabilizados na rubrica Proveitos Diferidos, fixa a autonomia financeira abaixo de 15%, situação que é caracterizadora da debilidade da empresa, nomeadamente da sua estrutura financeira.

Em termos de Liquidez Geral verifica-se, no triénio em análise, que o Exigível a Curto Prazo se encontra a financiar o Activo com permanência na Empresa superior a um ano (imobilizado). Esta situação agrava-se quando não se considera o efeito das Existências.

O princípio do equilíbrio financeiro mínimo aconselha que se financie um activo com um capital de maturidade (ou exigibilidade) compatível com a vida económica desse activo e respectiva capacidade de geração de fluxos de caixa⁷.

A análise efectuada ao Equilíbrio Financeiro da empresa permite concluir que:

- ▶ os capitais permanentes da empresa são insuficientes para o financiamento do activo fixo (Fundo de Maneio),
- ▶ o ciclo de exploração é financiado, exclusivamente pelos recursos cíclicos e pelo endividamento a curto prazo (Necessidades de Fundo de Maneio),
- ▶ o endividamento de curto prazo financia activo fixo (Tesouraria Líquida).



Conclui-se assim, que a estrutura financeira da EDA é bastante desequilibrada, porquanto o activo fixo está a ser financiado por endividamento a curto prazo.

A rentabilidade do capital próprio, no ano 2002, ascende a 2,78%, sendo inferior ao custo do capital alheio, o qual se situa nos 4,08 %.

Em suma, a EDA, no ano de 2002, apresentou:

- ▶ um elevado nível de endividamento – 70% –;

⁷ Cfr. Neves, João Carvalho, *Análise Financeira, Vol. I Técnicas Fundamentais*, 13.ª ed., Texto Editora, 2001, p. 140.



- ▶ um financiamento bancário de 203 milhões de euros (76% do capital alheio);
- ▶ activo fixo financiado com endividamento de curto prazo (42 milhões de euros);
- ▶ investimento de 29 milhões de euros, o equivalente a 9% do activo fixo;
- ▶ rentabilidade do capital próprio (2,78%) inferior ao custo do capital alheio (4,08%).

Verifica-se também que:

- ▶ 56% (64 milhões de euros) do seu Capital Próprio resulta dos subsídios a fundo perdido para o investimento recebidos/facturados do Governo Regional e da Comunidade Europeia,
- ▶ Os Resultados Líquidos reflectem o impacto favorável da contabilização do subsídio à exploração relativo aos custos anuais de convergência do tarifário (13 milhões de euros). Nesta matéria ressalva-se a reserva efectuada pelos auditores externos constante do Relatório e Contas de 2002, e dos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas.

Apura-se, assim que a EDA apresenta uma situação de desequilíbrio financeiro. O Capital Próprio (para efeitos de análise financeira) só atinge valores razoáveis por via, dos subsídios a fundo perdido ao investimento da Comunidade Europeia e do Governo Regional, e a melhoria nos Resultados Líquidos obtidos decorre essencialmente do subsídio à exploração relativo aos custos anuais de convergência do tarifário e dos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas.



V. Matérias Auditadas

V.1. Projecto: Sistema de Informação da EDA - 2.º Fase

V.1.1. Ficha Sinóptica do Projecto

Elementos Identificativos:

Designação do Projecto: Sistema de Informação da EDA 2.ª Fase

Caracterização: Reformulação e ampliação do sistema informático iniciado em 1993, com implementação de sistemas de informação, nomeadamente pela introdução de equipamentos centrais em AIX e Windows NT, base de dados relacionais, software aplicacional, micro computadores e rede informática.

Objectivo: Adequar os sistemas de informação actuais, com vista a fazer face às necessidades das novas versões de software aplicacional, ao aumento do número de utilizadores e ao maior volume de informação gerada, sendo o objectivo último a melhoria da qualidade do serviço ao cliente.
Preparar todo o hardware, software base, software de terceiros e equipamentos activos da rede informática, para fazer face à problemática do "Euro" e "Ano 2000".

Localização: Arquipélago dos Açores

Promotor do Projecto: Electricidade dos Açores, S.A. (EDA)

Entidade Responsável pela Execução: Electricidade dos Açores, S.A. (EDA)

Montante do Investimento Previsto: 220.317.000\$00

Natureza do Investimento: Aquisição de equipamentos, software e serviços

Período de Execução do Projecto: Previsão Inicial: 30-Dez-1993 a 30-Jun-1999 (66 meses)
Última Previsão: 30-Dez-1993 a 23-Nov-1999 (71 meses)



Projecto - Rubricas de Investimento

1. Estudos / Projectos

Apoio	8.097.035\$00
Consultadoria	<u>18.938.000\$00</u>
Sub-Total	27.035.035\$00

2. Fornecimento e Montagem

Hardware	152.776.614\$00
Software	33.685.286\$00
Redes	6.287.496\$00
Outros	<u>532.846\$00</u>
Sub-Total	193.282.242\$00

TOTAL 220.317.277\$00



Financiamento do Projecto:

Âmbito Comunitário: Quadro Comunitário de Apoio II, 1994-1999

Programa Operacional: PEDRAA II - (Programa Específico de Desenvolvimento da RAA)

Sub-Programa: Infra – Estruturas de Desenvolvimento

Medida: Acessibilidades

Acção: Telecomunicações

Designação: Sistema de Informação da EDA - 2.^a Fase

Código: 47-04-02-00078

Data de Aprovação do Projecto: 22/Nov/1999

Valor Investimento Aprovado: 220.317.000\$00

Fontes de Financiamento: Componente Comunitária	132.190.200\$00
Componente EDA	<u>88.126.800\$00</u>
TOTAL:	220.317.000\$00

Execução Financeira:

Financiamento:

Comparticipação Comunitária	132.190.200\$00
Comparticipação do Promotor (Inicial)	88.126.800\$00
Comparticipação do Promotor (Desp. N/ Comparticipadas).....	<u>38.668.477\$00</u>
TOTAL	258.985.477\$00

Pagamentos Efectuados pela EDA:

Estudos e Apoio	39.797.382 \$00
Hardware	179.590.650\$00
Software	<u>39.597.445\$00</u>
TOTAL	258.985.477\$00



V.1.2. Sumário das Conclusões

- a) Os valores inicialmente estimados para o projecto cifravam-se em 220.317 contos, sendo 60% - 132.190 de contos – oriundos do PEDRAA II e os restantes 40% - 88.127 contos – provenientes do promotor;
- b) A execução material e financeira do projecto revelou outros valores, fixando a despesa global em 258.985 contos - mais 17,5%. O excedente, apesar de ter sido considerado como despesa elegível, não foi objecto de comparticipação comunitária. Deste modo, o financiamento do projecto ficou repartido em 132.190 de contos (51%) de fundos comunitários, inicialmente previstos, e 126.795 contos (49%) do promotor;
- c) As despesas tidas com o projecto foram distribuídas do seguinte modo:
- | | |
|-----------------|-------------------|
| Estudos e apoio | - 39.797 contos; |
| <i>Hardware</i> | - 179.591 contos; |
| <i>Software</i> | - 39.597 contos; |
- d) O prazo inicialmente previsto para conclusão do projecto estava estimado para 66 meses, tendo sido alargado para 71 meses, períodos que compreendem também a 1ª fase do projecto;
- e) O projecto “*Sistema de informação da EDA – 2ª Fase*” levou a uma redução dos custos efectivos nos sistemas de produção, transporte e distribuição de energia, com reflexos positivos no preço e na qualidade da energia fornecida e na conseqüente satisfação do Cliente.



V.1.3. Enquadramento

V.1.3.1. Benefícios Para o Promotor

Após a avaliação da 1ª fase do sistema de informação da EDA e verificada a melhoria no funcionamento das diversas áreas, no que concerne à produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, havia a necessidade de proceder a um novo investimento.

A EDA tinha de adequar os seus sistemas para fazer face à problemática do ano 2000 (*bug do milénio*) e à nova situação colocada pela utilização da nova moeda (Euro). Para esse efeito, necessitava de alterar as configurações dos seus sistemas (software aplicacional, hardware e redes informáticas), aproveitando esta oportunidade para os ajustar à realidade da empresa, em virtude do crescimento do número de utilizadores, da necessidade de alargar os sistemas a outras áreas e, ainda, da necessidade de aumentar o desempenho destes sistemas, em consequência do grande aumento da informação a disponibilizar aos utilizadores.

V.1.3.2. Objectivos

Além de aperfeiçoar a 1ª fase do projecto, a empresa pretendia obter uma solução que garantisse uma maior integração da informação nos vários Subsistemas existentes.

Em termos concretos pretendia-se alcançar os seguintes objectivos:

Ampliar e adequar o sistema de informação existente;

Aumentar o desempenho do sistema de informação central, em função do previsível aumento do número de utilizadores, do maior volume de informação a disponibilizar e da necessidade de instalação de novas versões de software (mais exigentes em termos de hardware);

Preparar o sistema de informação (hardware e software) à *"Problemática do bug 2000"* e à introdução da moeda *"Euro"*;

Implementar um *Sistema de Informação Geográfica*;



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Ampliar o *Subsistema Industrial às Redes Eléctricas*, integrando-o com o *Subsistema Administrativo e Financeiro*;

Implementar uma rede de comunicações digital do tipo *Synchronous Digital Hierarchy* (SDH), com o objectivo de proceder à telemanutenção e operação dos centros produtores e distribuidores de energia eléctrica e, como complemento, utilizar a infra-estrutura para melhorar a rede de dados da empresa.

V.1.3.3. Caracterização

A EDA pretendia consolidar o *Sistema de Informação* em funcionamento, alterando os processos e métodos de trabalho, de modo a tirar partido de uma melhor utilização destas ferramentas, diminuindo os custos e aumentando a eficiência dos seus serviços.

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a acumular uma panóplia de informações que devem estar acessíveis aos múltiplos utilizadores, dispersos pelas nove ilhas do arquipélago, havendo, por isso, a necessidade de melhorar o desempenho dos equipamentos e da rede de comunicações, de modo a aumentar a utilidade e rapidez de acesso à informação.

- I – Em relação à “*Problemática do ano 2000*” e à implementação da nova moeda “*Euro*”, existiam dificuldades ao nível do hardware, do software de base, do software de terceiros e da rede informática, dificuldades essas relacionadas com o reconhecimento de datas, respeitantes ao ano 2000 e à conversão monetária, cuja solução passava pela substituição do equipamento obsoleto (redes e microcomputadores) e pela adaptação de todo o sistema lógico de informação (servidores e software aplicacional).
- II – A implementação do *Sistema de Informação Geográfica* está relacionada com a necessidade de reunir e disponibilizar toda a informação relacionada com as redes eléctricas, nomeadamente referenciar as suas características, bem como a sua localização. Pretendia-se inventariar os diversos tipos de equipamentos e instalações, existentes na rede eléctrica, criando, para o efeito, um cadastro de rede, identificado com carácter alfanumérico e representado espacialmente através de meios cartográficos.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

O sistema projectado visa, ainda, a melhoria da qualidade da prestação de serviço ao cliente, nomeadamente:

Aquando das avarias detectadas na rede, poder identificar de forma imediata, a zona e as características técnicas do equipamento afectado, permitindo deste modo uma deslocação aos locais, com os meios adequados, evitando deslocações desnecessárias e perdas de tempo no restabelecimento da energia aos clientes;

Permitir executar simulações na rede eléctrica, de forma a decidir, pela melhor alternativa, em função dos clientes abrangidos por cada área geográfica;

Utilizar a informação produzida para apoio à criação do “*Sistema Call Center*”, vocacionado para apoio ao cliente;

Disponibilizar ao sector de projectos da empresa, informação para efeitos de estudos e projectos relacionados com ampliações e remodelações de redes.

III – A ampliação do *Subsistema Industrial às Redes Eléctricas*, integrando-o com o *Subsistema Administrativo e Financeiro*, visa, essencialmente, melhorar a eficiência na gestão de Stocks, isto é, permitir que a informação sobre os materiais, existentes em armazém e destinados aos trabalhos de manutenção do sectores de produção / distribuição, esteja disponível “on line” para as tomadas de decisão que, em muitas vezes, têm que ser imediatas.

IV – A instalação de uma rede de comunicações digital, do tipo *Synchronous Digita Hierarqy* (SDH), baseada em fibra óptica, permite obter uma maior flexibilidade e fiabilidade, traduzida nos circuitos de voz, dados e imagem de alta qualidade, disponibilizados aos diversos sectores da empresa.

Esta opção possibilita ganhos de produtividade e aumento da segurança ao permitir :

Aos centros produtores / distribuidores de energia, operar remotamente ao nível da vigilância e da detecção de anomalias nos equipamentos e edifícios;

Dotar a rede informática, já saturada, de novos circuitos de alto débito e de elevada fiabilidade, podendo ainda interligar-se as centrais telefónicas, o que permite criar uma rede interna com óbvias vantagens para a empresa.



v.1.3.4. Indicadores e Prazo de Execução

Indicadores realização física:

Descrição	Número
Hardware	108
Software	43
Outros	152

Indicadores de Realização Financeira:

Descrição	Previsto
Hardware	152.776.614,00
Software	33.685.286,00
Estudos e Apoio	33.855.377,00
Total	220.317.277,00

Prazo de Execução:

O projecto inicialmente previsto ser executado em 66 meses – Dezembro de 1993 - (prazo que inclui a 1ª Fase), dilatou-se para 71 meses, ou seja, praticamente mais um ano.



V.1.4. Financiamento do Projecto

O Fundo Comunitário da UE, concretamente o FEDER, tem-se constituído como um dos mais importantes instrumentos financeiros para financiamento dos investimentos executados pela RAA.

O presente projecto insere-se num quadro de planeamento, cujo valor do investimento global previsto é da ordem de 220.317 contos, e tem como cobertura financeira uma comparticipação comunitária e outra do promotor, conforme apresentado no quadro:

Quadro II - Financiamento do Projecto

Designação: **Sist. de Informação da EDA - 2ª Fase**

Proj: **47-04-02-00078**

10³ Esc.

Origem Receitas	Valor	Peso
Comparticipação comunitária	132.190	60%
Comparticipação do Promotor	88.127	40%
Total Despesas Elegíveis	220.317	100%

Conforme já referido anteriormente, a cobertura financeira do presente projecto resultou de uma componente comunitária (60%), tendo já sido recebido o total dos montantes previstos, conforme quadro:

Quadro III - Apoio Comunitário do Projecto

Designação: **Sist. de Informação da EDA - 2ª Fase**

Proj: **47-04-02-00078**

Esc.

Dias

Pedidos de Pagamento			Transferência do PEDRA II			Prazo Receb.
Pedidos	Data (a)	Valor	Tranches	Data	Valor	
1º Pedido	21-02-2000	224.411.552	1ª Tranche	07-06-2000	118.971.180	107
2º Pedido	11-09-2001	34.573.925	2ª Tranche	14-01-2002	13.219.020	125
Total		258.985.477	Total		132.190.200	

Observações:

(a) Data de recepção pelo DREPA.

Os prazos que mediaram entre os pedidos de financiamento comunitário e o efectivo recebimento das verbas foram de 107 dias para o primeiro pedido e 125 dias para o segundo pedido.



V.1.5. Apreciação do Resultado das Verificações

Foi preocupação proceder a uma análise de despesas abrangentes. Para o efeito foram consultados e analisados os documentos justificativos de despesa contabilizada, a saber:

- Designação dos Fornecedores;
- Autorizações de Pagamento;
- Números e datas das facturas;
- Valor de cada factura;
- Números e datas de recibos;
- Valor de cada recibo.

V.1.6. Aplicação dos Normativos Nacionais e Comunitários

O projecto *Sistema de Informação da EDA* foi repartido em três fases, sendo a segunda fase objecto de candidatura ao *Quadro Comunitário de Apoio II, 1994-1999*.

A candidatura ao PEDRAA II, integrada no sub-programa *Infra-estruturas de Desenvolvimento*, na medida *Acessibilidades* e na acção *Telecomunicações*, foi aprovada e homologada em 22 de Novembro de 1999, com a designação de "*Sistema de Informação da EDA - 2.ª Fase*", tendo sido atribuído o código n.º 47-04-02-00078.



V.1.7. Pagamentos Efectuados

A execução financeira do projecto inclui os pagamentos efectuados até à data da sua conclusão.

O quadro seguinte resume as despesas do projecto, agregadas segundo a sua natureza, a saber:

Quadro IV - Despesas do Projecto

Designação: **Sist. de Informação da EDA - 2ª Fase**

Proj: **47-04-02-00078** Esc.

Natureza Despesa	Realizado	%
Estudos e Apoio	39.797.382,00	15,37
Hardware	179.590.650,00	69,34
Software	39.597.445,00	15,29
Total	258.985.477,00	

O grosso do investimento foi canalizado para as despesas com o Hardware, que ascendeu a 179.591 contos, absorvendo, assim, 69% do total do investimento.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Apresentam-se, agora, os elementos referentes ao suporte das despesas, agregados por data de pagamento:

No ano de 1997 foram efectuadas as seguintes despesas e pagamentos:

Pagamentos efectuados em 1997

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
7249576	1-Abr	200.180,00	97F0182	22-Jan-97	101.160,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F0181	22-Jan-97	99.020,00	
160030023	7-Abr	120.000,00	15457-01-A	19-Jan-97	50.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			15512-01-A	28-Jan-97	60.000,00	
			15451-01-A	23-Jan-97	10.000,00	
3165812	7-Mai	484.280,00	97F0357	21-Fev-97	81.820,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F0343	20-Fev-97	297.460,00	
			97F0356	21-Fev-97	105.000,00	
160030356	9-Mai	90.000,00	15919	24-Fev-97	40.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			15918	24-Fev-97	40.000,00	
			15905	27-Fev-97	10.000,00	
7379416	3-Jun	333.140,00	97F0474	24-Mar-97	81.820,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F0473	24-Mar-97	101.320,00	
			97F0475	24-Mar-97	150.000,00	
160030871	5-Jun	40.000,00	16686	27-Mar-97	40.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
7439587	30-Jun	209.140,00	97F0836	22-Abr-97	209.140,00	Bull Portuguesa, Lda

SUB-TOTAIS	1.476.740,00	1.476.740,00
-------------------	---------------------	---------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1997 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
N.º	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		1.476.740,00	Transporte		1.476.740,00	
160031504	7-Jul	50.000,00	17012	6-Abr-97	50.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
160031518	7-Jul	30.000,00	17577	27-Abr-97	30.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
189	4-Ago	2.032.825,00	189	17-Abr-97	2.032.825,00	SOL - S
703101003	4-Ago	126.000,00	703101003	20-Jan-97	126.000,00	Ernst & Young e Cia.
160031880	5-Ago	80.220,00	11464	30-Mai-97	80.220,00	J. Rego & C.ª, Lda
160032036	6-Ago	140.000,00	18569	31-Mai-97	60.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			18356	20-Mai-97	40.000,00	
			18032	13-Mai-97	10.000,00	
			18500	25-Mai-97	30.000,00	
970211	8-Ago	2.588.300,00	970195	22-Mai-97	1.519.000,00	VB - DATA, Lda
			970197	22-Mai-97	450.000,00	
			970198	22-Mai-97	217.000,00	
			970206	22-Mai-97	48.000,00	
			970196	22-Mai-97	61.000,00	
			970199	22-Mai-97	13.300,00	
			970217	30-Mai-97	280.000,00	
56168373	27-Ago	456.131,00	OPL-003583	9-Jul-97	456.131,00	OPENLINK, Lda
7533243	8-Set	603.900,00	970237	12-Jun-97	140.000,00	VB - DATA, Lda
			970252	23-Jun-97	63.300,00	
			970232	6-Jun-97	243.000,00	
			970267	27-Jun-97	23.000,00	
			970276	30-Jun-97	26.000,00	
			970244	13-Jun-97	38.000,00	
			970264	26-Jun-97	45.000,00	
			970265	27-Jun-97	25.600,00	
7533257	9-Set	3.395.320,00	140/97	23-Jun-97	3.395.320,00	SMD Informática, SA
58448968	12-Set	59.000,00	A/000495	28-Mai-97	59.000,00	TELACO, Lda.
160032576	24-Set	70.000,00	19223	15-Jun-97	30.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			19442	24-Jun-97	10.000,00	
			19493	24-Jun-97	30.000,00	
59737806	1-Out	1.721.422,00	SP044593	19-Jun-97	1.721.422,00	ICL Enterprises
3165896	2-Out	198.970,00	34851/97	31-Jul-97	198.970,00	ELECTRAÇOR, Lda

SUB-TOTAIS	13.028.828,00	13.028.828,00
-------------------	----------------------	----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1997 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
	Transporte	13.028.828,00		Transporte	13.028.828,00	
7533351	2-Out	1.580.151,00	97F1034	23-Mai-97	81.820,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F1035	23-Mai-97	189.640,00	
			97F1206	25-Jun-97	81.871,00	
			97F1205	25-Jun-97	107.820,00	
			97F1036	23-Mai-97	150.000,00	
			97F1207	25-Jun-97	150.000,00	
			97F1204	25-Jun-97	455.000,00	
			97F1203	25-Jun-97	364.000,00	
970197	2-Out	2.152.073,00	970197	29-Jul-97	2.152.073,00	RSVP - Consult. Associados
160032630	7-Out	2.715.111,00	970284	3-Jul-97	69.000,00	VB - DATA, Lda
			970326	30-Jul-97	387.111,00	
			970328	31-Jul-97	285.000,00	
			970329	31-Jul-97	1.922.000,00	
			970291	4-Jul-97	24.000,00	
			970304	15-Jul-97	28.000,00	
160033040	17-Out	30.000,00	20547	28-Jul-97	30.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
1502421	6-Nov	991.820,00	97F1501	19-Ago-97	81.820,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F1500	19-Ago-97	910.000,00	
160033186	7-Nov	20.000,00	20586	1-Ago-97	20.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
160033359	10-Nov	174.000,00	970340	12-Ago-97	102.000,00	VB - DATA, Lda
			970275	30-Jun-97	72.000,00	
038489	21-Nov	262.073,00	12784	1-Out-97	262.073,00	J. Rego & C.ª, Lda
971031	21-Nov	1.584.345,00	12600	22-Set-97	1.584.345,00	J. Rego & C.ª, Lda
7671653	3-Dez	868.020,00	97F1683	17-Set-97	773.200,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F1820	26-Set-97	94.820,00	
2958513	4-Dez	7.533.300,00	307.480/C-B	1-Out-97	393.300,00	GSI - Gab. Serviço Informática
			307.480/C-A	1-Out-97	7.140.000,00	
7671721	5-Dez	2.495.807,00	970001	17-Set-97	-1.425.000,00	VB - DATA, Lda
			970364	12-Set-97	354.111,00	
			970419	30-Set-97	804.435,00	
			970352	28-Ago-97	514.750,00	
			970313	21-Jul-97	387.111,00	
			970363	11-Set-97	420.000,00	
			970361	11-Set-97	68.900,00	
			970391	19-Set-97	50.000,00	
			970381	17-Set-97	25.000,00	
			970392	19-Set-97	66.500,00	
			970395	24-Set-97	210.000,00	
			970417	29-Set-97	350.000,00	
			970327	30-Jul-97	180.000,00	
			970334	31-Jul-97	490.000,00	
SUB-TOTAIS		33.435.528,00			33.435.528,00	



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1997 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		33.435.528,00	Transporte		33.435.528,00	
307.425/C	10-Dez	348.371,00	307.425/C	1-Ago-97	348.371,00	GSI - Gab. Serviço Informática
160033491	11-Dez	50.000,00	22616	28-Set-97	40.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			22520	28-Set-97	10.000,00	
160033581	11-Dez	495.994,00	12471	12-Set-97	265.994,00	J. Rego & C.ª, Lda
			12550	18-Set-97	230.000,00	
33605	11-Dez	72.000,00	54902	11-Set-97	12.000,00	Hotel Gaivota
			54843	12-Set-97	48.000,00	
			54821	7-Set-97	12.000,00	
160033831	17-Dez	84.881,00	A/001104	16-Set-97	55.641,00	TELACO, Lda
			A/001103	16-Set-97	29.240,00	
713110012	29-Dez	660.000,00	713110012	13-Out-97	660.000,00	Ernst & Young e Cia.
TOTAIS		35.146.774,00			35.146.774,00	

No ano de 1998 foram efectuadas as seguintes despesas e pagamentos:

Pagamentos efectuados em 1998

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
7720380	5-Jan	326.691,00	97F2064	24-Out-97	94.820,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F2062	24-Out-97	81.871,00	
			97F2063	24-Out-97	150.000,00	
160034109	13-Jan	72.000,00	5592	14-Out-97	72.000,00	FUTURINFOR, Lda.
160034321	14-Jan	111.265,00	9750	17-Out-97	79.475,00	Hotel Açores Atlântico
			9752	17-Out-97	31.790,00	
023	16-Jan	3.570.742,00	031C	22-Out-97	240.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda.
			031B	22-Out-97	120.000,00	
			031A	22-Out-97	2.040.000,00	
			30	22-Out-97	1.170.742,00	
160034588	19-Jan	83.975,00	97001190	9-Out-97	83.975,00	DTS, S.A.
80733525	21-Jan	365.000,00	13065	20-Out-97	365.000,00	DisRego
7776447	28-Jan	137.500,00	A60630	11-Dez-97	137.500,00	ALFACOM - Sistemas Inform.
970389	28-Jan	439.649,00	970435	9-Out-97	363.145,00	VB - DATA, Lda.
			970427	3-Out-97	33.000,00	
			970453	17-Out-97	43.504,00	
SUB-TOTAIS		5.106.822,00			5.106.822,00	



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1998 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		5.106.822,00	Transporte		5.106.822,00	
7776507	3-Fev	8.138.643,00	970485	4-Nov-97	38.000,00	VB - DATA, Lda.
			970516	18-Nov-97	66.500,00	
			970517	18-Nov-97	36.000,00	
			970538	28-Nov-97	8.000,00	
			970536	28-Nov-97	70.000,00	
			980024	21-Jan-98	7.920.143,00	
160034636	5-Fev	310.000,00	426/97	14-Nov-97	310.000,00	ANTICICLONE, Lda
7776595	6-Fev	3.009.434,00	14138	31-Dez-97	3.009.434,00	J. Rego e C.ª, Lda.
160034938	6-Fev	11.000,00	13548B	26-Nov-97	5.500,00	J. Rego e C.ª, Lda.
			13548A	26-Nov-97	5.500,00	
44705	15-Fev	3.569.414,00	103957	31-Dez-98	3.569.414,00	J. Rego e C.ª, Lda.
980020	4-Mar	28.571,00	980005	14-Jan-98	28.571,00	TBA - Informática, Lda
7814217	6-Mar	3.255.455,00	97F2683	31-Dez-97	645.455,00	Bull Portuguesa, Lda
			97F2684	31-Dez-97	2.610.000,00	
160035373	11-Mar	20.000,00	24420	13-Dez-97	20.000,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
980097	11-Mar	3.532.300,00	970551	4-Dez-97	100.000,00	VB - DATA, Lda.
			970546	4-Dez-97	8.000,00	
			970549	4-Dez-97	12.000,00	
			970576	15-Dez-97	20.000,00	
			970598	23-Dez-97	70.000,00	
			970554	2-Jan-98	3.322.300,00	
8396832	12-Mar	350.000,00	323/98	30-Dez-98	350.000,00	SMD Informática, SA
1522	26-Mar	40.530,00	A/001522	15-Dez-97	40.530,00	TELACO, Lda.
1703	26-Mar	3.218.233,00	A/001703	30-Dez-97	3.218.233,00	TELACO, Lda.
1704	26-Mar	174.987,00	A/001704	30-Dez-97	174.987,00	TELACO, Lda.
1705	26-Mar	760.000,00	A/001705	30-Dez-97	760.000,00	TELACO, Lda.
7861557	2-Abr	652.931,00	97001514	17-Dez-97	652.931,00	DTS, SA
7861559	2-Abr	572.750,00	980023	21-Jan-98	514.750,00	VB - DATA, Lda.
			980036	26-Jan-98	40.000,00	
			980026	26-Jan-98	18.000,00	
160035574	6-Abr	151.362,00	26-00090	14-Jan-98	75.681,00	Agência Açoreana Viagens
			26-00149	21-Jan-98	75.681,00	
160035719	7-Abr	51.200,00	24852	18-Jan-98	21.200,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			24752	11-Jan-98	30.000,00	
160035734	7-Abr	12.400,00	24911	22-Jan-98	10.600,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			24889	22-Jan-98	1.800,00	
039	30-Abr	510.000,00	52	30-Jan-98	510.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda.

SUB-TOTAIS	33.476.032,00	33.476.032,00
-------------------	----------------------	----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1998 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		33.476.032,00	Transporte		33.476.032,00	
980167	5-Mai	2.853.000,00	980070	10-Fev-98	1.958.000,00	VB - DATA, Lda.
			980073	12-Fev-98	700.000,00	
			980074	12-Fev-98	195.000,00	
160036162	11-Mai	1.545.875,00	100290	4-Fev-98	309.175,00	J. Rego e C.ª, Lda.
			100291	4-Fev-98	1.236.700,00	
160036257	11-Mai	442.500,00	98100303	25-Fev-98	260.000,00	DTS, SA
			98100309	25-Fev-98	182.500,00	
47	2-Jun	306.000,00	66	2-Abr-98	306.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda
7958716	3-Jun	3.553.500,00	980146	30-Mar-98	1.601.000,00	VB - DATA, Lda.
			980160	25-Mar-98	806.000,00	
			980142	25-Mar-98	369.000,00	
			980108	2-Mar-98	360.000,00	
			980149	30-Mar-98	280.000,00	
			980131	19-Mar-98	70.000,00	
			980137	23-Mar-98	39.000,00	
			980147	30-Mar-98	28.500,00	
7958739	4-Jun	230.000,00	30006139	18-Fev-98	230.000,00	SIEMENS, Lda.
160036761	9-Jun	298.600,00	98100410	18-Mar-98	168.600,00	DTS, SA
160036761	9-Jun		98100416	19-Mar-98	130.000,00	
253	9-Jun	363.000,00	1000095	2-Fev-98	181.500,00	GSI - Gab. Serv. Informático
			1000095	2-Fev-98	181.500,00	
5500	9-Jun	65.700,00	M0029098	23-Mar-98	65.700,00	EDINFOR, Lda
76478690	9-Jun	234.780,00	981130	4-Mar-98	234.780,00	AÇORMEGA, Lda
160036958	12-Jun	21.200,00	25811	3-Mar-98	21.200,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
160037009	15-Jun	87.500,00	A60728	31-Mar-98	87.500,00	ALFACOM - Sistemas Inform.
288	24-Jun	150.742,00	1000361	2-Mar-98	150.742,00	GSI - Gab. Serv. Informático
78278123	6-Jul	370.100,00	301	2-Jun-98	370.100,00	AÇOR-COMPUTER
160037483	7-Jul	58.280,00	71801819	8-Abr-98	58.280,00	Viagens Abreu, SA
160037622	8-Jul	243.000,00	575	28-Abr-98	243.000,00	TELACO, Lda.
160037685	8-Jul	31.800,00	26564	6-Abr-98	10.600,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			26565	6-Abr-98	10.600,00	
			26732	13-Abr-98	10.600,00	
160037740	8-Jul	19.507,00	50800324	9-Abr-98	19.507,00	SATA Air Açores
8006451	9-Jul	179.000,00	A/000574	28-Abr-98	162.000,00	TELACO, Lda.
			A/000573	28-Abr-98	17.000,00	

SUB-TOTAIS	44.530.116,00	44.530.116,00
-------------------	----------------------	----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1998 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
N.º	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
	Transporte	44.530.116,00		Transporte	44.530.116,00	
160037782	9-Jul	586.200,00	980216	22-Abr-98	340.000,00	VB - DATA, Lda.
			980212	21-Abr-98	140.000,00	
			980175	9-Abr-98	36.000,00	
			980193	16-Abr-98	23.000,00	
			980194	16-Abr-98	4.200,00	
			980208	21-Abr-98	3.000,00	
			980201	17-Abr-98	40.000,00	
052	14-Jul	510.000,00	73	30-Abr-98	510.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda.
23250051	16-Jul	876.563,00	1000682	31-Mai-98	876.563,00	GSI - Gab. Serv. Informático
98000493	16-Jul	7.777.000,00	98100648	30-Abr-98	562.000,00	DTS, SA
			98100614	29-Abr-98	5.064.000,00	
			98100616	29-Abr-98	1.870.000,00	
			98100626	30-Abr-98	281.000,00	
160037995	10-Ago	32.726,00	7936	20-Mai-98	16.363,00	Hotel Açores Atlântico
			7937	20-Mai-98	16.363,00	
9808/01	10-Ago	716.365,00	71802635	28-Mai-98	70.943,00	Viagens Abreu
			71802617	27-Mai-98	98.209,00	
			71802569	25-Mai-98	167.542,00	
			71890577	25-Mai-98	-9.864,00	
			71802125	28-Abr-98	75.951,00	
			71890579	27-Mai-98	-4.428,00	
			71802444	15-Mai-98	167.542,00	
			71801818	8-Abr-98	75.951,00	
			71890578	27-Mai-98	-4.320,00	
			71802477	15-Mai-98	83.771,00	
			71890552	27-Mai-98	-4.932,00	
160037892	10-Ago	14.254,00	A/000785	26-Mai-98	4.498,00	TELACO, Lda.
			A/000784	26-Mai-98	5.956,00	
			A/000686	11-Mai-98	3.800,00	
160037957	10-Ago	978.000,00	980270	29-Mai-98	403.000,00	VB - DATA, Lda.
			980263	25-Mai-98	320.000,00	
			980254	19-Mai-98	12.000,00	
			980233	6-Mai-98	130.000,00	
			980232	6-Mai-98	113.000,00	
160038193	12-Ago	84.800,00	27554	13-Mai-98	31.800,00	Hotel Avenida-PROTURHOTEL
			27920	26-Mai-98	42.400,00	
			27886	25-Mai-98	10.600,00	

SUB-TOTAIS	56.106.024,00	56.106.024,00
-------------------	----------------------	----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1998 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
	Transporte	56.106.024,00		Transporte	56.106.024,00	
98000538	24-Ago	1.251.365,00	98100688	14-Mai-98	150.950,00	DTS, SA
			98100777	28-Mai-98	45.415,00	
			98100776	28-Mai-98	35.000,00	
			98100758	25-Mai-98	170.000,00	
			98100756	25-Mai-98	850.000,00	
160038483	10-Set	879.765,00	98100878	22-Jun-98	45.415,00	DTS, SA
			98100919	30-Jun-98	258.850,00	
			98100963	30-Jun-98	575.500,00	
160038541	11-Set	992.500,00	980293	23-Jun-98	950.000,00	VB - DATA, Lda
			980283	16-Jun-98	12.500,00	
			980280	15-Jun-98	30.000,00	
160038599	11-Set	63.600,00	28240	4-Jun-98	21.200,00	Hotel Avenida - PROTUROTEL
			28971	30-Jun-98	42.400,00	
402	18-Set	1.600.000,00	1000618	1-Mai-98	1.600.000,00	GSI - Gab. Serv. Informático
466	22-Set	726.000,00	1000773	1-Jun-98	213.000,00	GSI - Gab. Serv. Informático
			1000769	1-Jun-98	513.000,00	
70	22-Set	816.000,00	83	5-Jun-98	510.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda
			84	5-Jun-98	306.000,00	
000342	29-Set	150.742,00	1000516	1-Abr-98	150.742,00	GSI - Gab. Serv. Informático
8137323	2-Out	-150.742,00	2000153	24-Jul-98	-150.742,00	GSI - Gab. Serv. Informático
98000687	2-Out	1.607.440,00	98101091	31-Jul-98	1.595.000,00	DTS, SA
			98101034	23-Jul-98	12.440,00	
7776638	7-Out	59.000,00	912750	9-Jul-98	59.000,00	Microsoft Technet
160039181	13-Out	237.000,00	980320	8-Jul-98	74.000,00	VB - DATA, Lda
			980325	10-Jul-98	51.000,00	
			980328	13-Jul-98	112.000,00	
075	16-Out	341.700,00	93	30-Jun-98	408.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda
			1	29-Jul-98	-66.300,00	
39337	9-Nov	142.132,00	71803896	26-Ago-98	142.132,00	Viagens Abreu, SA
39426	10-Nov	35.000,00	1240	24-Ago-98	35.000,00	TELACO, Lda.
39450	10-Nov	150.025,00	98101244	31-Ago-98	93.275,00	DTS, SA
			98101162	20-Ago-98	42.875,00	
			98101235	31-Ago-98	13.875,00	
161	17-Nov	1.900.000,00	9800258	21-Set-98	1.900.000,00	MINIMAL, Lda
8222207	19-Nov	14.950,00	A60727	31-Mar-98	14.950,00	ALFACOM - Sistemas Inform.
980375	24-Nov	1.535.200,00	980389	31-Ago-98	1.535.200,00	VB - DATA, Lda
88306371	29-Nov	13.680,00	81100454	29-Nov-98	13.680,00	DENICOMP Systems

SUB-TOTAIS	68.471.381,00	68.471.381,00
-------------------	----------------------	----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1998 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		68.471.381,00	Transporte		68.471.381,00	
8222286	2-Dez	1.121.510,00	980445	28-Set-98	901.000,00	VB - DATA, Lda
			980441	28-Set-98	56.000,00	
			980438	25-Set-98	29.500,00	
			980440	28-Set-98	28.000,00	
			980444	28-Set-98	107.010,00	
8222310	3-Dez	34.000,00	1257	24-Ago-98	34.000,00	TELACO, Lda
8222336	3-Dez	150.742,00	1000515	1-Abr-98	150.742,00	GSI - Gab. Serv. Informático
160040033	14-Dez	71.066,00	71804226	28-Set-98	71.066,00	Viagens Abreu, SA
980415	30-Dez	1.540.900,00	980430	23-Set-98	1.540.900,00	VB - DATA, Lda
TOTAIS		71.389.599,00			71.389.599,00	

Em 1999, foram efectuadas as seguintes despesas e pagamentos:

Pagamentos efectuados em 1999

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
707	4-Jan	813.000,00	1000926	1-Jul-98	713.000,00	GSI - Gab. Serv. Informático
			1001195	1-Out-98	100.000,00	
40326	11-Jan	11.587,00	98101546	29-Out-98	11.587,00	DTS, SA
8341660	13-Jan	1.047.300,00	980502	27-Out-98	1.047.300,00	VB - DATA, Lda
160040578	13-Jan	256.500,00	980503	27-Out-98	71.000,00	VB - DATA, Lda
			980472	13-Out-98	29.500,00	
			980426	23-Set-98	72.000,00	
			980460	6-Out-98	28.000,00	
			980489	22-Out-98	28.000,00	
			980484	20-Out-98	28.000,00	
160040661	18-Jan	127.200,00	31465	2-Out-98	53.000,00	Hotel Avenida-PROTURHOTEL
			31613	7-Out-98	21.200,00	
			31942	19-Out-98	53.000,00	
160040675	18-Jan	3.800,00	A/001323	3-Set-98	3.800,00	TELACO, Lda
097	27-Jan	510.000,00	123	6-Out-98	510.000,00	D2S - C. Org. Industrial, Lda
8341792	1-Fev	18.485.980,00	98F2085	18-Nov-98	13.579.530,00	Bull Portuguesa, Lda
			98F2086	18-Nov-98	4.906.450,00	
SUB-TOTAIS		21.255.367,00			21.255.367,00	



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1999 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		21.255.367,00	Transporte		21.255.367,00	
8341796	1-Fev	675.612,00	103358	30-Nov-98	675.612,00	J. Rego e C.ª, Lda
8341800	1-Fev	3.080.120,00	98101385	28-Set-98	3.080.120,00	DTS, SA
40758	8-Fev	71.066,00	71805155	20-Nov-98	71.066,00	Viagens Abreu, SA
40814	8-Fev	47.000,00	98000206	3-Nov-98	47.000,00	Carlos M. Pontes Vieira, Lda
160041156	10-Fev	28.000,00	98053	5-Nov-98	28.000,00	VB - DATA, Lda
41178	11-Fev	763.000,00	A/001708	13-Nov-98	48.000,00	TELACO, Lda
			A/001821	27-Nov-98	159.000,00	
			A/001822	27-Nov-98	556.000,00	
8380116	1-Mar	75.000,00	980614	21-Dez-98	75.000,00	VB - DATA, Lda
990111	1-Mar	16.945.600,00	980622	22-Dez-98	1.155.400,00	VB - DATA, Lda
			980657	31-Dez-98	532.000,00	
			980588	7-Dez-98	95.000,00	
			990033	25-Jan-99	8.633.200,00	
			990045	27-Jan-99	6.530.000,00	
160041406	5-Mar	146.560,00	71805814	31-Dez-98	75.494,00	Viagens Abreu, SA
			71805816	31-Dez-98	71.066,00	
160041568	8-Mar	103.060,00	A/001953	21-Dez-98	103.060,00	TELACO, Lda.
767	18-Mar	526.000,00	1001330	1-Nov-98	526.000,00	GSI - Gab. Serv. Informático
5838	22-Mar	8.706.023,00	7198	17-Dez-98	3.741.100,00	FUTURINFOR, Lda
			7173	11-Dez-98	3.337.323,00	
			7199	17-Dez-98	1.337.600,00	
			990150	10-Fev-99	290.000,00	
8396915	26-Mar	6.435.000,00	990094	24-Fev-99	6.435.000,00	VB - DATA, Lda
5916	6-Abr	1.493.952,00	990057	20-Jan-99	377.562,00	FUTURINFOR, Lda
			990151	10-Fev-99	1.116.390,00	
41812	8-Abr	350.806,00	104125	26-Jan-99	350.806,00	J. Rego e C.ª, Lda
990144	9-Abr	29.400,00	990007	12-Jan-99	29.400,00	VB - DATA, Lda
42111	11-Abr	16.816,00	A/000068	18-Jan-99	16.816,00	TELACO, Lda
99900080	13-Abr	32.100,00	99100024	12-Jan-99	32.100,00	DTS, SA
990182	26-Abr	20.430.700,00	990187	26-Mar-99	8.633.200,00	VB - DATA, Lda
			990186	26-Mar-99	11.797.500,00	
990199	30-Abr	3.987.516,00	990071	9-Fev-99	1.100.916,00	VB - DATA, Lda
			990072	9-Fev-99	632.000,00	
			990096	23-Fev-99	71.600,00	
			990102	26-Fev-99	1.000.000,00	
			990079	17-Fev-99	85.000,00	
			990103	26-Fev-99	670.000,00	
			990091	22-Fev-99	390.000,00	
			990073	10-Fev-99	24.000,00	
			990081	17-Fev-99	14.000,00	

SUB-TOTAIS	85.198.698,00	85.198.698,00
-------------------	----------------------	----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1999 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		85.198.698,00	Transporte		85.198.698,00	
160042266	13-Mai	103.400,00	990436	21-Abr-99	103.400,00	FUTURINFOR, Lda
1701	20-Mai	84.020,00	1.880/MTP	28-Fev-99	84.020,00	NOVONDEX, Lda
8477945	21-Mai	8.313.585,00	990248	21-Abr-99	8.313.585,00	VB - DATA, Lda
990259	2-Jun	907.675,00	990214	29-Mar-99	36.000,00	VB - DATA, Lda
			990189	26-Mar-99	871.675,00	
42854	8-Jun	575.200,00	990294	17-Mar-99	206.800,00	FUTURINFOR, Lda
			990453	2-Abr-99	103.400,00	
			990391	8-Abr-99	265.000,00	
42860	8-Jun	82.600,00	A/000326	10-Mar-99	50.600,00	TELACO - Telec. Electr., Lda
			A/000375	23-Mar-99	32.000,00	
1762	22-Jun	252.060,00	1.910/MTP	18-Mar-99	252.060,00	NOVONDEX, Lda
990293	1-Jul	19.900.525,00	990224	9-Abr-99	22.000,00	VB - DATA, Lda
			990219	9-Abr-99	144.000,00	
			990230	9-Abr-99	348.000,00	
			990282	29-Abr-99	675.000,00	
			990340	31-Mai-99	18.622.500,00	
			990247	20-Abr-99	48.000,00	
			990276	28-Abr-99	24.600,00	
			990234	13-Abr-99	16.425,00	
160043105	9-Jul	346.200,00	990491	4-Mai-99	206.800,00	FUTURINFOR, Lda
			990398	8-Abr-99	36.000,00	
			990605	2-Jun-99	103.400,00	
467	22-Jul	149.000,00	30001119	31-Mar-99	149.000,00	EDINFOR, Lda
6288	2-Ago	103.400,00	990644	16-Jun-99	103.400,00	FUTURINFOR, Lda
160043662	4-Ago	46.000,00	990292	6-Mai-99	28.000,00	VB - DATA, Lda
			990305	14-Mai-99	18.000,00	
6288	5-Ago	819.000,00	990576	27-Mai-99	24.000,00	FUTURINFOR, Lda
			990653	17-Jun-99	795.000,00	
160044017	6-Ago	35.250,00	105446	26-Mai-99	35.250,00	J. Rego e C.ª, Lda
99800619	16-Ago	1.084.000,00	99100898	28-Mai-99	1.084.000,00	DTS, SA
160044223	6-Set	36.000,00	990610	4-Jun-99	12.000,00	FUTURINFOR, Lda
			990604	2-Jun-99	24.000,00	
990381	8-Set	530.200,00	990362	11-Jun-99	402.000,00	VB - DATA, Lda
			990389	24-Jun-99	40.200,00	
			990388	24-Jun-99	36.000,00	
			990430	30-Jun-99	52.000,00	
990382	8-Set	1.662.717,00	990471	22-Jul-99	1.662.717,00	VB - DATA, Lda
160044548	9-Set	7.518,00	99004571	1-Jun-99	7.518,00	Francisco Manuel Costa

SUB-TOTAIS	120.237.048,00	120.237.048,00
-------------------	-----------------------	-----------------------



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Pagamentos efectuados em 1999 [Continuação]

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
N.º	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
Transporte		120.237.048,00	Transporte		120.237.048,00	
160044566	13-Set	65.400,00	990352	8-Jun-99	29.400,00	VB - DATA, Lda
			990375	16-Jun-99	36.000,00	
99900209	13-Set	53.944,00	99101006	21-Jun-99	53.944,00	DTS, SA
6398	23-Set	795.000,00	990741	9-Jul-99	265.000,00	FUTURINFOR, Lda
			9900778	19-Jul-99	530.000,00	
080/99/RC	28-Set	176.000,00	080/99/RS	31-Mar-99	176.000,00	SMD Informática, SA
8766	11-Out	2.800.000,00	8766	28-Jun-99	2.800.000,00	PARAREDE, SA
990430	12-Out	471.000,00	990451	20-Jul-99	28.000,00	VB - DATA, Lda
			990452	20-Jul-99	84.000,00	
			990467	22-Jul-99	335.000,00	
			990468	22-Jul-99	24.000,00	
6447	14-Out	51.700,00	990721	6-Jul-99	51.700,00	FUTURINFOR, Lda
719	21-Out	92.000,00	818/1999	10-Fev-99	92.000,00	GLOBALEDA, SA
8785564	8-Nov	1.900.000,00	9800348	1-Dez-98	1.900.000,00	MINIMAL, Lda
6505	8-Nov	820.000,00	990911	27-Ago-99	820.000,00	FUTURINFOR, Lda
99800813	9-Nov	565.464,00	99101294A	27-Ago-99	292.976,00	DTS, SA
			99101294B	27-Ago-99	272.488,00	
6590	6-Dez	1.091.179,00	990989	22-Set-99	205.000,00	FUTURINFOR, Lda
			991014	23-Set-99	40.179,00	
			991073	12-Out-99	846.000,00	
990524	6-Dez	1.614.032,00	990581	9-Set-99	45.000,00	VB - DATA, Lda
			990596	20-Set-99	243.000,00	
			990599	20-Set-99	205.500,00	
			990622	27-Set-99	1.120.532,00	
6594	10-Dez	130.000,00	991154	3-Nov-99	130.000,00	FUTURINFOR, Lda
99900272	13-Dez	5.800,00	99101443	9-Set-99	5.800,00	DTS, SA
508	31-Dez	6.184.785,00	99F0910	26-Mai-99	6.184.785,00	Bull Portuguesa, Lda
509	31-Dez	600.000,00	99F2154	7-Dez-99	600.000,00	Bull Portuguesa, Lda

TOTAIS	137.653.352,00	TOTAL	137.653.352,00
---------------	-----------------------	--------------	-----------------------



Tribunal de Contas
Secção Regional dos Açores

No ano de 2000 foram efectuadas as seguintes despesas e pagamentos:

Pagamentos efectuados em 2000

Esc.

Recibo			Factura			Fornecedor
Nº	Data	Valor (s/ IVA)	N.º	Data	Valor (s/ IVA)	
8882084	6-Jan	1.200.000,00	98F2439	31-Dez-98	1.200.000,00	Bull Portuguesa, Lda
991012	10-Jan	167.000,00	990670	8-Out-99	22.000,00	VB - DATA, Lda
			990681	13-Out-99	145.000,00	
A/001208	9-Fev	520.000,00	A/001208	16-Set-99	520.000,00	TELACO, Lda
00000200	14-Fev	569.515,00	99101909	29-Nov-99	129.815,00	DTS, SA
			99101911	29-Nov-99	439.700,00	
0000238	8-Mar	212.500,00	99102098	28-Dez-99	40.500,00	DTS, S.A.
			99102217	31-Dez-99	172.000,00	
993853	9-Mar	109.600,00	1 107891	22-Dez-99	109.600,00	J. Rego & C.ª, Lda
A/001745	9-Mar	378.808,00	A/001745	11-Dez-99	378.808,00	TELACO, Lda
991126	13-Mar	948.872,00	990855	14-Dez-99	19.700,00	VB - DATA, Lda
			990854	14-Dez-99	62.000,00	
			990964	30-Dez-99	867.172,00	
6914	17-Mar	572.000,00	991260	25-Nov-99	572.000,00	FUTURINFOR, Lda
S/ N.º	3-Abr	8.606.665,00	991020	12-Jan-00	8.606.665,00	VB - DATA, Lda
991173	5-Abr	1.510.792,00	990946	27-Dez-99	1.510.792,00	VB - DATA, Lda
TOTAIS		14.795.752,00			14.795.752,00	

Resumidamente, apresentam-se as despesas e pagamentos efectuados, por anos, da implementação do projecto.

Quadro V – Resumo das Despesas do Projecto

Despesas do Projecto: **Informatização da EDA - 2ª Fase**

Esc.

Anos	1997	1998	1999	2000	Total
Pagamentos efectuados	35.146.774	71.389.599	137.653.352	14.795.752	258.985.477



V.1.8. Ponto de Situação

A implementação do projecto "*Sistema de informação da EDA – 2ª Fase*", permitiu uma melhoria na tomada de decisões aos diferentes níveis de gestão.

V.1.8.1. Controlo Interno do Projecto

A partir do trabalho realizado "*In loco*", pretendeu-se determinar o sistema de controlo interno implantado nos serviços da EDA, com o propósito de verificar o seu grau de eficácia e segurança e apreciar o modelo de gestão nas vertentes administrativa, contabilística e financeira, no que concerne ao projecto objecto da presente auditoria.

Do estudo efectuado, no período de 1997 a 2001, quanto à análise dos registos, à verificação dos procedimentos e à verificação da documentação de suporte da despesa, pode concluir-se o seguinte:

A EDA, com a criação de "dossier" próprio, controlou e procedeu às devidas verificações de toda a facturação das despesas do investimento, tendo sistematizado toda a informação, enviada, posteriormente, à unidade de gestão, formalizando, assim, os pedidos de pagamento, para efeitos de recebimento do financiamento Comunitário;

Os pagamentos aos fornecedores, de um modo geral, efectuaram-se dentro dos prazos normais, não tendo sido detectadas despesas com juros de mora;

Da análise à documentação constante dos "dossiers" do projecto e de outras informações relacionadas, a equipa de auditoria constatou que as despesas realizadas se encontravam devidamente autorizadas, registadas e suportadas com as respectivas facturas, recibos e relatórios de acompanhamento.

A análise efectuada permite considerar que o organismo dispôs de um sistema de controlo interno satisfatório ao nível da gestão do projecto "*Sistema de informação da EDA – 2ª Fase*", apesar de a candidatura e respectiva aprovação, para efeitos de financiamento comunitário, ter ocorrido dois anos após o arranque.



V.1.8.2. **Efeitos Directos e Indirectos**

Como efeitos directos do projecto podem destacar-se os seguintes:

A empresa ficou dotada com sistemas informáticos capazes de garantir o crescimento do número de utilizadores;

Adaptou os sistemas de forma a responderem à evolução tecnológica das ferramentas informáticas;

Contribuiu para adequar os sistemas existentes à problemática do "Euro" e à resolução do "Problema do ano 2000";

Remodelou o parque informático, ao nível dos servidores centrais e estações de trabalho, adaptando-o às exigências do software base e aplicacional;

Permitiu evoluir a plataforma "Novel" para "Windows NT" e ambiente "Intranet";

Consolidou o projecto Sistema Integrado de Gestão de Manutenção (SIGEM) na produção e nas redes de transporte e distribuição.

O investimento realizado também teve os seus efeitos indirectos, que se manifestaram da seguinte forma:

Disponibilização da informação "On-line" e indicadores de gestão a todas as áreas da empresa;

Maior fluxo de informação entre as várias áreas da empresa;

Melhoria da gestão de stocks e do planeamento das redes de transporte e distribuição;

Maior organização nos serviços de redes;

Disponibilização de novos elementos que vieram contribuir para uma maior racionalização dos custos e eficácia nas respostas aos clientes;

Redução dos custos provenientes da carga burocrática;

Redução dos prazos médios de recebimento;

Melhoraria do atendimento ao público;

Aumento da produtividade.



V.1.8.3. Indicadores Pré / Pós Projecto

Globalmente, retira-se que o projecto “*Sistema de informação da EDA – 2ª Fase*” levou a uma melhoria nos sistemas de produção, transporte e distribuição de energia, com reflexos também positivos na qualidade da energia fornecida e na conseqüente satisfação do Cliente, conforme se pode observar pela tendência de alguns indicadores, a seguir apresentados:

Quadro VI - Indicadores da EDA

Ano de conclusão do Projecto

Indicadores	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Tendência
Dias de Stock	174	158	145	103	85	85	↘
Prazo Médio de Receb. (Dias)	42	48	36	35	44	36	↘
Prazo Médio de Pag. (Dias)	145	116	135	144	134	192	↗
Nº Trabalhadores	912	880	862	833	810	777	↘
Produção (GWh)	416,2	453,5	487,8	520,1	559,2	600,9	↗
Produção (GWh/Trab.)	0,456	0,515	0,566	0,624	0,690	0,773	↗
VAB/Trab. (Contos)	10.899	11.299	10.703	10.586	11.137	11.999	↗
Instal. Baixa Tensão (N.º)	94.746	96.047	97.981	99.820	101.638	103.643	↗
Instal. Média Tensão (N.º)	556	576	612	629	652	681	↗
Potência Instal. Centrais (MW)	135	144	144	153	153	172	↗
Potência Instal. PT (MVA)	266	277	285	299	313	322	↗
Postos Transformação (N.º)	1.291	1.344	1.386	1.429	1.471	1.507	↗
Redes Transp. e Dist. MT (Km)	1.230	1.253	1.271	2.287	1.377	1.408	↗

Fonte: Relatórios e Contas de 2000 a 2002.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

V.1.8.4. Execução Financeira

O resumo seguinte relaciona os recebimentos e pagamentos associados ao projecto, evidenciando a cobertura financeira por cada ano.

Quadro VII - Elementos Sobre Execução Financeira
Projecto: Sistema de Informação da EDA - 2ª Fase

10³ Esc

Anos	1997	1998	1999	2000	2001 (a)	Totais
Fundos Comunitários (1)				118.971	13.219	132.190
Fundos Próprios:						0
Quota-Parte do Financ. Comunitário (2)				79.314	8.813	88.127
Financ. Desp. Não Participadas (3) (b)			23.873	14.795		38.668
Total de Receitas (4) = (1)+(2)+(3)	0	0	23.873	213.080	22.032	258.985
Receitas Acumuladas	0	0	23.873	236.953	258.985	
Despesas do Projecto (5)	35.147	71.389	137.653	14.796		258.985
Total da Despesa (6) = (5)	35.147	71.389	137.653	14.796	0	258.985
Despesas Acumuladas	35.147	106.536	244.189	258.985	258.985	

Cobertura Receitas / Despesas (Ano)	\$	-35.147	-71.389	-113.780	198.284	22.032
Cobertura Receitas / Despesas (Acumuladas)	\$	-35.147	-106.536	-220.316	-22.032	0
	%	0%	0%	10%	91%	100%

Observações:

(a) Considerou-se como o último ano de financiamento do projecto em virtude de a transferência da segunda tranche, do financiamento comunitário, ter ocorrido no dia 14 de Janeiro de 2002.

(b) Considerou-se que a empresa assumiu parte do **financiamento das despesas não participadas** no ano de 1999, ano em que as despesas acumuladas do projecto (244.190 contos) excederam o montante aprovado (220.317 contos) e os restantes 14.796 contos foram imputados ao ano seguinte.

Nota: Valores sem IVA

Na primeira fase do projecto, entenda-se de 1997 a 1999, a EDA suportou todas as despesas, resultando num esforço financeiro na ordem dos 244.189 contos, no final de 1999.

Em 2000, quando os encargos acumulados do projecto atingiam 258.985 contos e este já tinha sido dado por concluído, é que surgem os primeiros financiamentos comunitários na ordem dos 118.971 contos que, conjugados com os fundos



Tribunal de Contas

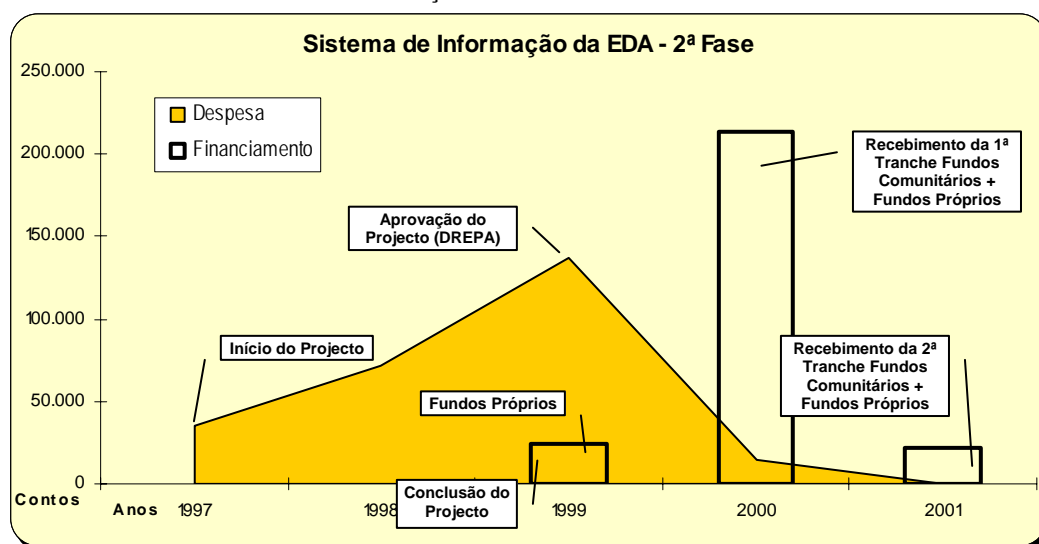
Secção Regional dos Açores

próprios assumidos pelo promotor até aquela data – 117.982 contos – resultavam numa cobertura financeira (receitas versus despesas) de 91%, no final do ano de 2000.

O restante financiamento do projecto – 22.032 contos – surgiu no ano seguinte, em 2001, com o recebimento da segunda tranche dos fundos comunitários, no valor de 13.219 contos, associados à quota-parte do promotor, através de fundos próprios, no valor de 8.813 contos.

Esta situação descrita pode ser mais facilmente observada através do seguinte gráfico:

Gráfico III - Elementos Sobre Execução Financeira



Nos três primeiros anos, o projecto apresentou uma tesouraria “deficitária”, retomando uma situação de equilíbrio em 2000, onde as receitas conseguem cobrir 91% das despesas já realizadas.

Conforme referido anteriormente, a execução financeira do projecto atingiu o montante de 258.985 contos, ou seja, mais 17,5% do que o inicialmente previsto (220.317 contos). A diferença de investimento executado (+ 38.668 contos), apesar de poder ser considerada como despesa elegível, não foi participada pelo PEDRAA II.

Assim constata-se que os Fundos Comunitários financiaram o projecto em 132.190 contos (51%), sendo o restante investimento coberto pelos fundos próprios do promotor, no montante de 126.795 contos (49%).



V.1.8.5. Verificação Física

A verificação física da realização do projecto “in loco” foi um trabalho importante no âmbito desta auditoria e teve como objectivo confrontar a execução financeira com a real concretização dos investimentos.

Toda a documentação de suporte das aquisições tiveram como documentos finais as facturas / recibos, não havendo quaisquer limitações ao trabalho desenvolvido pelos auditores, facto que merece o devido registo.

A informação tratada sobre a execução financeira e material dos projectos é completa.

Procedido ao teste de materialidade, concluiu-se pela finalização do projecto.



v.2. Análise às Despesas de Representação (Sub-Conta 62.221)

v.2.1. Âmbito e Objectivo

O período analisado compreendeu os registos de Maio de 2001 a Maio de 2003 e incidiu sobre as despesas de representação dos principais órgãos de gestão da empresa.

v.2.1.1. Determinação da Amostra

Na técnica da amostragem foi aplicado o método aleatório na escolha dos itens da sub - conta 62.2201 – *Despesas de Representação*, privilegiando-se a análise dos documentos de suporte da despesa com origem no *Conselho de Administração* e seu *Secretariado* e ainda naqueles que tiveram proveniência nas direcções mais relevantes da empresa, nomeadamente a produção e a distribuição.

v.2.1.2. Verificação Documental

Nesta acção privilegiou-se as verificações documentais, os registos contabilísticos, o processamento e o pagamento das despesas de representação e ainda a análise da natureza da despesa, em função dos órgãos competentes para a realizar.

v.2.1.3. Testes Efectuados

Ao longo dos trabalhos foram realizados testes substantivos e de conformidade que, por sua vez, permitiram avaliar a fiabilidade do sistema de controlo interno e consolidar as conclusões obtidas.

v.2.1.4. Matérias Analisadas

As matérias objecto de análise, compreendidas entre Maio de 2001 e Maio de 2003, foram as seguintes:

- Análise da natureza das despesas contabilizadas na sub-conta 62.221 – *Despesas de Representação*.
- Análise dos extractos dos cartões de crédito do Conselho de Administração;
- Análise de algumas folhas de processamento de vencimentos / Ajudas de custo / Subsídios de Alimentação do Conselho de Administração e Direcções.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

V.2.2. Análise dos Extractos dos Centros de Custo

Refira-se que não existe um regulamento específico para a realização deste tipo de gastos - despesas de representação - verificando-se que estas despesas apenas estavam sujeitas a um limite máximo, previsto nas dotações orçamentais dos diversos sectores, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Para a verificação dos documentos de suporte da despesa, para os anos referidos, analisaram-se os gastos gerados pelos seguintes centros de custos:

Cód.	Abrev.	Designação	2001 (a)	2002	2003 (b)
Conselho de Administração					
1001	CADMI	Conselho de Administração	X	X	X
Secretariado					
1101	SADMI	Secretariado de Administração	X		X
1102	COMUN	Comunicação	X		
Produção					
1801	PRODU	Produção	X	X	X
1802	PAGES	Planeamento de Apoio à Gestão	X	X	
1803	ENREN	Energias Renováveis		X	
18050	CCGCE	Condução de Centrais do Grupo Central		X	
18051	CCTER	Condução de Centrais da Terceira		X	
Distribuição					
2151	DISTR	Distribuição		X	X
2201	DSMSM	Distribuição St. ^a Maria S. Miguel	X	X	
24041	DIFLO	Distribuição das Flores	X		
22031	TRSUB	Transporte de Subestações		X	
22041	RMTPT	Rede de M. Tensão e P. de Transformação		X	
220411	SMGMT	Rede de M. Tensão e P. de Transf. de MT		X	
23031	DIGRA	Distribuição Graciosa		X	
2401	DFAPI	Distribuição Pico – Faial		X	
Nota: (a) De Maio a Dezembro; (b) De Janeiro a Maio.					

Ao todo, foram analisadas 139 facturas - contabilizadas na sub-conta 62.221 - com valor global de 15.326,67€, o que representa uma média de 110€, por documento de despesa.

Após a análise efectuada concluiu-se o seguinte:

- A natureza das despesas, evidenciadas nas facturas, enquadra-se no âmbito da representação da empresa;



- A quase totalidade das facturas verificadas dizem respeito a refeições;
- Nem todas as facturas, no seu verso ou documento anexo, indicavam o representante da empresa, a entidade externa convidada e o objecto do evento.

V.2.2.1. **Desp. de Representação / Sub. de Alimentação / Aj. de Custos**

Atendendo que a generalidade das despesas de representação estão relacionadas com refeições (entenda-se almoços e jantares), achou-se por bem proceder ao cruzamento da informação obtida e compará-la com os processamentos das ajudas de custo e de subsídios de refeição.

Esta análise, baseada nos extractos dos centros de custo, apenas foi efectuada para os directores da empresa, visto que as despesas geradas pelo Conselho de Administração estavam suportadas pela utilização dos cartões de crédito, que têm um tratamento próprio e mais abrangente, matéria que será analisada adiante.

Foram verificadas as folhas de processamento de Ajudas de Custo (para refeições) / Subsídio de Refeição dos directores de **Produção** (meses Junho/Julho/02 e Maio/03) e **Distribuição** (meses de Outubro/Novembro/02) e comparadas com as despesas de representação oriundas daqueles directores.

Após a análise constatou-se que:

- Quando foram percebidas **ajudas de custo para refeições**, aqueles directores não estiveram envolvidos em actividades de representação da empresa, no que se refere ao consumo de refeições (almoços ou jantares);
- No tocante ao abono do **Subsídio de Refeição**⁸ também se constatou que os directores, quando receberam tal apoio, não estiveram envolvidos em actividades de representação da empresa, no que se refere ao consumo de duas refeições por dia (almoço e jantar).

⁸ Considerou-se que este subsídio era dado para uma refeição por dia, independentemente da hora, em virtude dos Directores gozarem de um regime de isenção de horário.



V.2.3. Despesas Geradas no Âmbito da Utilização do Cartão de Crédito

V.2.3.1. Análise dos Extractos dos Cartões de Crédito

O cartão de crédito é titulado pela empresa e utilizado pelos membros do CA como *meio de pagamento* de diversas despesas, nomeadamente de representação, em sentido próprio, de deslocações e estadas, livros e documentação técnica, entre outras.

O CA é composto por cinco (5) elementos, dos quais, três (3) têm direito a utilizar cartões de crédito.

A utilização de cada cartão está restringida ao limite de **7.481,00 euros**, valor concedido à EDA, pela entidade bancária, enquanto cliente institucional.

Como se pode verificar no Quadro VIII não existem normas internas de utilização dos cartões de crédito.

As despesas/pagamentos efectuadas são autorizadas e declaradas pelos utilizadores, sendo, também, da sua iniciativa a declaração e assunção de despesas pessoais.

Quadro VIII - Utilizadores de Cartão de Crédito

	Utilizadores do Cartão de Crédito		
	PCA	A1	A2
Regulamento/ Normas utilização	x	x	x
Limite à despesa	DO	DO	DO
Competência autorizar a despesa	✓	✓	✓
Competência autorizar o pagamento	✓	✓	✓
Limite cartão de crédito	7.481,00	7.481,00	7.481,00

DO – Dotação Orçamento

Optou-se por verificar a totalidade dos extractos do cartão de crédito, assim como, dos documentos justificativos da despesa/pagamento, realizados em 2001, 2002 e até Junho de 2003, relativos a um dos elementos do CA.

Ressalva-se que a verificação aos extractos de 2003 se circunscreve ao período de 01 de Janeiro a 11 de Junho (5 meses e 11 dias), daí que, as análises comparativas sejam efectuadas por períodos homólogos.



Análise aos Extractos

Os extractos bancários encontram-se arquivados por ordem cronológica, acompanhados dos respectivos documentos justificativos da despesa / pagamento.

O cartão suportou um total de pagamentos, no ano de 2002, de 28,3 mil euros.

As despesas/pagamentos efectuados, até 11 de Junho de 2003, totalizaram 11,1 mil euros.

Não se verificou uma variação significativa, face ao período homólogo de 2002, dado que, os pagamentos efectuados atingiram o valor de 11 mil euros.

A média mensal de pagamentos efectuados, no ano de 2002, situou-se na ordem dos 2,4 mil euros.

No primeiro semestre de 2003 a média mensal de pagamentos totalizou 2,2 mil euros, valor idêntico ao registado no período homólogo de 2002 (2,2 mil euros).

Gráfico III – Total de pagtºs efectuados

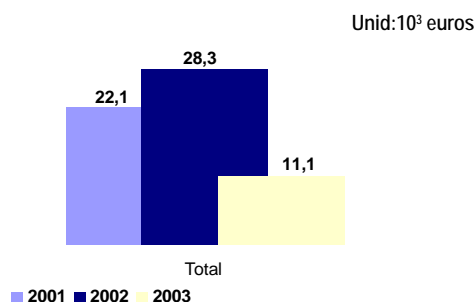
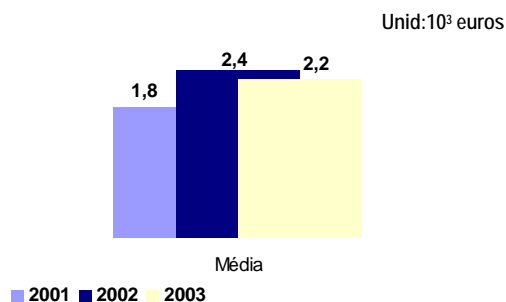


Gráfico IV – Média mensal pagtºs efectuados.





V.2.3.2. Os Documentos Justificativos da Despesa / Pagamento

A análise efectuada aos documentos justificativos da Despesa/Pagamento permitiu detectar Pontos Fortes e Pontos Fracos, os quais, se encontram sistematizados no Quadro IX.

Quadro IX - Pontos Fracos e Pontos Fortes

Pontos Fracos	
Despesas contabilizadas na rubrica 62.221 – Despesas de Representação	
↓	Os documentos justificativos da despesa/pagamento contêm referência à entidade institucional mas não à pessoa com quem foi efectuada a despesa ⁹ .
↓	Os documentos justificativos da despesa/pagamento contêm referência à pessoa com quem foi efectuada a despesa, mas não identificam a entidade institucional ¹⁰ .
Despesas contabilizadas na rubrica 62.227 – Deslocações e Estadas	
↓	Os documentos justificativos da despesa contêm referência à pessoa mas não o vínculo à empresa ¹¹ .
↓	Despesas de deslocações e estadas (almoços) com entidades jurídicas distintas, designadamente EEG e Globaleda ¹² .
↓	Existência de uma factura de valor inferior ao constante do talão de pagamento ¹³ .
Pontos Fortes	
↑	Nos documentos justificativos da despesa está identificado o centro de custo, a rubrica de classificação contabilística, a data e o motivo (deslocação, almoço, jantar).
↑	Verificou-se que todos os extractos se encontravam acompanhados dos documentos justificativos da despesa, nomeadamente factura e recibo/talão de pagamento.

A título de exemplo:

⁹ Factura n.º 16492, de 29/1/2002.

¹⁰ Factura de 14/3/2002, factura n.º 4479, de 6/8/2002, factura n.º 3894, de 14/11/2002 e factura n.º 57294, de 3/4/2003.

¹¹ Factura n.º 4352, de 17/3/2003, factura n.º 1856, de 15/4/2002, factura n.º 16747, de 15/10/2002, factura n.º 15187, de 26/3/2002, factura n.º 2059, de 2/7/2002, factura n.º 741, de 22/3/2002, factura n.º 2199, de 11/6/2002 e factura n.º 1197, de 17/7/2002.

¹² Factura n.º 2145, de 16/9/2002, factura n.º 2248, de 4/11/2002, factura n.º 4378, de 4/6/2002 e factura n.º 2204, de 14/10/2002.

¹³ Factura n.º 02/00025173, de 25/10/2001, no valor de € 16,26 e Talão de Pagamento de 25/10/2001, no valor de € 25,04.



V.2.3.3. Despesas de Representação / Ajudas de Custo

Procedeu-se à análise dos documentos relativos a despesas pagas com o cartão de crédito, contabilizadas em representação e deslocações e estadas e à comparação daquelas despesas com as ajudas de custo processadas.

Verificou-se que nas situações identificadas no Quadro X a empresa processou ajudas de custo para alimentação, suportando de igual forma despesas com representação, deslocações e estadas, as quais também incluem despesas de alimentação.

Quadro X - Análise Comparativa

Unid: euros

Deslocação	Ajudas de Custo	Desl.	Repres.	Total
Tratadas em módulo SAP - Viagens				
02/07/2002 a 05/07/2002 Lisboa	75,15	99,16	53,38	227,69
02/09/2002 a 06/09/2002 Lisboa	105,21	297,45	78,89	481,55
01/10/2002 a 02/10/2002 Lisboa	60,12	0	54,39	114,51
24/10/2002 a 25/10/2002 Lisboa	45,09	40,95	0	86,04
14/11/2002 a 15/11/2002 Lisboa	60,12	0	72,00	132,12
23/11/2002 a 27/11/2002 Bruxelas	269,11	447,35	0	716,46
09/03/2003 a 13/03/2003 Lisboa	120,24	277,00	0	397,24
13/05/2003 a 13/05/2003 Horta	15,03	0	42,35	57,38
24/05/2003 a 29/05/2003 Creta	356,72	95,50	0	452,22
<i>Subtotal</i>	1.106,79	1.257,41	301,01	2.665,21
Não Tratadas em módulo SAP - Viagens				
21/02/2001 a 24/02/2001 Lisboa	-	147,44	-	
01/04/2001 a 04/04/2001 Lisboa	-	240,32	-	
30/04/2001 a 03/05/2001 Lisboa	-	84,61	-	
08/05/2001 a 19/05/2001 Paris	-	161,73	-	
30/05/2001 a 31/05/2001 Lisboa	-	48,83	-	
25/09/2001 a 28/05/2001 Porto	-	127,62	-	
10/10/2001 a 11/10/2001 Lisboa	-	22,45	-	
24/10/2001 a 27/10/2001 Terc e Lisboa	-	52,47	-	
19/11/2001 a 22/11/2001 Lisboa	-	73,80	-	
<i>Subtotal</i>		797,54		

Em suma, para o período de Janeiro 2002 a 11 de Junho de 2003, apura-se que, além das ajudas de custo processadas, a empresa suportou mais € 1.558,42 em despesas de alimentação, já contempladas nas ajudas de custo.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

No ano de 2001, a informação relativa às ajudas de custo não era tratada no módulo SAP – viagens, daí que, os boletins de ajuda de custo não referem o valor processado. À semelhança do verificado em 2002 e parte de 2003 (5 meses), a EDA, SA além das ajudas de custo suportadas, ainda comportou despesas contabilizadas em deslocações e estadas no valor de € **797,54**.

Há duplicação de pagamentos, na componente alimentação, aquando das deslocações, ou seja, para além das ajudas de custo, há o suporte de despesas de representação, através de utilização do cartão, sem que seja processado o estorno proporcional, integrado na ajuda de custo.



VI. Contraditório

Nos termos e para efeitos do disposto do artigo 13.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, foi notificado o Presidente da Electricidade dos Açores, S.A., através do ofício n.º S.T. 712, de 23/06/2004, a se pronunciar sobre o teor do relato da auditoria.

A resposta, junta em Anexo (ofício n.º 240145, de 05/07/2004), foi integrada no correspondente ponto do capítulo das Conclusões / Recomendações, a que se reporta, seguida das observações convenientes.



VII. Conclusões / Recomendações

As alegações apresentadas, em sede de contraditório, não alteram a substância do relato, mantendo-se as conclusões proferidas no anteprojecto de relatório.

VII.1. Sistema de Informação da EDA - 2.^a Fase

- a) Os valores inicialmente estimados para o projecto cifravam-se em 220.317 contos, sendo 60% - 132.190 de contos – oriundos do PEDRAA II e os restantes 40% - 88.127 contos – provenientes do promotor;
- b) A execução financeira do projecto revelou outros valores, nomeadamente uma despesa global de 258.985 contos - mais 17,5%.
O excedente, apesar de ter sido considerado como despesa elegível, não foi objecto de comparticipação comunitária. Deste modo, o financiamento do projecto ficou repartido entre 132.190 de contos (51%) de fundos comunitários, inicialmente previstos, e 126.795 contos (49%) do promotor;
- c) O projecto “*Sistema de informação da EDA – 2.^a Fase*” levou a uma redução dos custos efectivos nos sistemas de produção, transporte e distribuição de energia, com reflexos positivos no preço e na qualidade da energia fornecida e na consequente satisfação do Cliente;

VII.2. Despesas de Representação (Sub-Conta 62.221)

- d) A natureza das despesas, evidenciadas nas facturas, enquadra-se no âmbito da representação da empresa;
- e) A quase totalidade das facturas verificadas dizem respeito a refeições;
- f) Nem todas as facturas, no seu verso ou documento anexo, indicavam o representante da empresa, a entidade externa convidada e o objecto do evento;



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

- g) Quando os directores da produção e da distribuição perceberam *ajudas de custo para refeições*, não estiveram envolvidos em actividades de representação da empresa, no que se refere ao consumo de refeições (almoços ou jantares);
- h) No tocante ao abono do *Subsídio de Refeição*,¹⁴ também se constatou que os referidos directores, quando receberam tal apoio, não estiveram envolvidos em actividades de representação da empresa;
- i) No que concerne às despesas geradas pela utilização dos cartões de crédito do Conselho de Administração, verificou-se que a empresa processou ajudas de custo para alimentação, suportando de igual forma despesas com representação e de deslocações e estadas, ou seja, para o ano de 2002 e primeiros 5 meses e 11 dias de 2003, apurou-se que, além das ajudas de custo processadas, a empresa suportou mais € 1.558,42 com deslocações;
- j) Há duplicação de pagamentos aquando das deslocações dos elementos do Conselho Administração, ou seja, para além das ajudas de custo há o suporte de despesas de representação (alimentação), sem que sejam corrigidas, posteriormente, as ajudas de custo;
- k) Não existe um regulamento específico para a assunção de despesas de representação.

Quanto às matérias referidas nas alíneas i), j) e k), relacionadas com as despesas de representação, a EDA, em sede contraditório, referiu: « *...em sede de regulamentação interna, a empresa tomará as diligências que permitam a adequação das suas práticas internas às orientações implícitas nas conclusões do anteprojecto do relatório de auditoria*».

Perante o exposto o TC considera como recomendação a manifestação já expressa pela entidade auditada – Regulamentação interna relativamente à assumpção de despesas de representação.

O TC expressa, à entidade auditada, o apreço pela disponibilidade e colaboração prestada durante o desenvolvimento da auditoria

¹⁴ Considerou-se que este subsídio era dado para uma refeição por dia, independentemente da hora, em virtude da dos Directores gozarem de um regime de isenção de horário.



Tribunal de Contas
Secção Regional dos Açores

VIII. Decisão

Nos termos do n.º 2 do artigo 55.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 78.º, conjugada com o n.º 1 do artigo 105.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, aprova-se o presente relatório, assim como, as suas conclusões.

São devidos emolumentos no montante de € 15 516,50 (quinze mil quinhentos e dezasseis euros e cinquenta cêntimos), conforme fls.71 do presente relatório.

Remeta-se cópia do presente relatório:

À Electricidade dos Açores, S.A.;
Ao Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento;
À Secretaria Regional da Economia.

Após as notificações e comunicações necessárias, divulgue-se pela Internet.

Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em 12 de Julho de 2004.

Fui presente
O representante do Ministério
Público

(Manuel Portugal Azevedo)

O Juiz Conselheiro

(Nuno Lobo Ferreira)

Os Assessores

(Fernando Flor de Lima)
(Carlos Mauricio Bedo)



IX. Anexo

IX.1. Nota

Considerando que no decurso da finalização deste relatório foi, entretanto, publicado o Relatório e Contas da EDA de 2003;

Considerando que no mês de Julho do ano em referência (2003), decorria, ainda, a auditoria;

Considerando que um dos objectivos da auditoria era a Análise da Situação Económico-Financeira da Empresa;

Complementou-se a análise, com os dados mais actuais, dando-se, assim, uma perspectiva dinâmica da situação da empresa, a saber:



IX.1.1. Análise da Situação Económico – Financeira
- 2000, 2001, 2002 e 2003 -

O quadro seguinte apresenta, de forma resumida, a evolução económico-financeira da EDA, nos últimos quatro exercícios (2000 a 2003).

Designação		2000	2001	2002	2003
Balço Funcional					
Activo Fixo	10 ³ euros	289.209	305.219	305.113	336.555
Necessidades Cíclicas	10 ³ euros	23.884	20.378	29.450	30.490
Tesouraria Activa	10 ³ euros	22.906	28.425	46.879	51.715
Total Activo		335.999	354.023	381.442	418.760
Capital Permanente	10 ³ euros	256.284	277.119	263.085	330.632
Recursos Cíclicos	10 ³ euros	14.600	16.205	23.587	33.845
Tesouraria Passiva	10 ³ euros	65.115	60.699	94.771	54.283
Total Capital Próprio e Passivo		335.999	354.023	381.442	418.760
Produção e Vendas					
Produção de Electricidade	GWh	520,1	559,2	600,9	641,2
Vendas	10 ³ euros	54.337	57.461	61.453	62.078
Resultados					
Resultados Operacionais	10 ³ euros	3.442	6.369	5.064	15.196
Resultados Financeiros	10 ³ euros	-7.504	-8.375	-4.128	-9.757
Resultados Líquidos	10 ³ euros	113	178	3.169	7.370
Cash-flow Líquido	10 ³ euros	21.857	13.263	17.488	22.552
Estrutura Económica					
Produção	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Custos Variáveis	%	27,6%	31,1%	35,5%	39,3%
Margem bruta	%	72,4%	68,9%	64,5%	60,7%
Meios libertos totais	%	29,3%	28,5%	29,7%	32,7%
Autofinanciamento	%	18,3%	16,7%	20,6%	20,0%
Resultados Líquidos	%	0,1%	0,2%	3,7%	6,4%
Rácios Financeiros					
Endividamento	%	70%	71%	70%	70%
Estrutura do Endividamento	%	34%	30%	44%	30%
Solvibilidade		0,51	0,47	0,50	0,49
Autonomia Financeira	%	30%	29%	30%	30%
Liquidez Geral		0,56	0,59	0,42	0,62
Liquidez Reduzida		0,45	0,48	0,35	0,51
Fundo de Maneio	10 ³ euros	-32.925	-28.100	-42.028	-5.923
Nec. Fundo de Maneio	10 ³ euros	9.284	4.173	5.864	-3.355
Tesouraria Líquida	10 ³ euros	-42.209	-32.273	-47.891	-2.568
Rácios de Rendibilidade					
Rendibilidade Capital Próprio		0,11	0,18	2,78	5,90
R rácios de distribuição					
R Líquidos por acção	euros	0,01	0,01	0,23	0,53
Cash-flow por acção	euros	1,56	0,95	1,25	1,61
N.º de Acções		14.000.000	14.000.000	14.000.000	14.000.000
R rácios de recursos humanos					
N.º de Trabalhadores*		804	775	733	727

* Não inclui trabalhadores requisitados e cedidos

Fonte: Relatório e Contas 2000, 2001, 2002 e 2003.



Situação Económica

Margem Bruta (Custos Variáveis/Produção)

A produção de energia manteve uma tendência crescente face a 2002, tendo registado, em 2003 um incremento de 7% (mais 40,3 GWh). A produção, em valor, que engloba as vendas, prestações de serviços e subsídios à exploração, registou um crescimento de 34%, relativamente ao mesmo período. Tal resultou da empresa ter recebido 39,4 milhões de euros decorrentes do processo de convergência tarifária, contabilizados na rubrica Subsídios à Exploração.

Os custos variáveis caracterizaram o seu comportamento, também, por uma tendência crescente, em consequência dos aumento¹⁵ do *“custo de aquisição de fuel oil e desta matéria-prima ter deixado de ser subsidiada, por parte do Governo Regional”*.

Apesar do acréscimo ocorrido nos custos variáveis, + **48%**, não ter repercussão proporcional no acréscimo da produção, em valor, a Margem Bruta registou um acréscimo de 26%, face a 2002.

Meios Libertos Totais (Margem Bruta – Custos Pessoal – FSE – Outros)

Os Meios Libertos Totais da empresa, comparativamente a 2002, registaram um acréscimo de 47% (+ 12 milhões de euros) consequência, sobretudo, do aumento da Margem Bruta da empresa.

Os Encargos Financeiros apresentam, face a 2002, um acréscimo de 87% (+ 6,8 milhões de euros). O peso destes encargos, relativamente ao total é de 12%, percentagem essa, que, por si só, traduz o elevado nível de endividamento da Empresa.

De acordo com as informações constantes do Relatório e Contas de 2003 (página n.º 37) o aumento dos encargos financeiros, resultou do *“contrato celebrado com o Banco Comercial Português, no qual a EDA cede os créditos emergentes do acordo com o Governo da República, relativo à convergência tarifária de energia eléctrica (até 2002), assumindo ainda, perante o incumprimento por parte do Estado do pagamento das prestações devidas, a liquidação das mesmas e os*

¹⁵ Conforme as informações constantes da página n.º 37 do Relatório e Contas de 2003.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

encargos financeiros decorrentes do contrato.”

Resultado Líquido (Autofinanciamento – Provisões – Amortizações)

No ano de 2003, a EDA apresentou um Resultado Líquido de 7,4 milhões de euros.

A melhoria verificada no Resultado Líquido, decorreu, sobretudo, do valor recebido relativo ao custo anual de convergência do tarifário, dos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas e dos subsídios para o investimento recebidos do Governo Regional e da União Europeia.

Verificaram-se acréscimos dos Custos, relativamente a 2002, em todas as rubricas, com excepção para os Custos com o Pessoal.

Os Resultados Líquidos por acção atingiram, no ano de 2003, € 0,53, valor superior ao registado no ano de 2002. O cash-flow por acção verificou um comportamento irregular ao longo do quadriénio em análise, alcançando em 2003 o valor mais elevado, € 1,61.

Situação Financeira

A empresa apresenta, à semelhança de 2002, um elevado nível de endividamento, ou seja 70% (293,8 milhões de euros) do seu financiamento assenta em Capital Alheio, sendo que 30% se vence no curto prazo.

O financiamento bancário, que ascende a 223,9 milhões de euros, corresponde a 76% do total do Capital Alheio.

O acréscimo do endividamento, face a 2002, resultou, sobretudo, *da operação de cessão dos créditos relativos à dívida do Governo da República para com a EDA no processo de harmonização tarifária, no valor de 32,6 milhões de euros (vide página n.º 43 do Relatório e Contas de 2003).*

A Autonomia Financeira da empresa, no ano de 2003, e à semelhança do ano 2000, 2001 e 2002, situou-se nos 30%. Este nível de Capitais Próprios deriva da influência de, no cálculo do rácio, se ter tomado em consideração nos Capitais Próprios os montantes de subsídios a fundo perdido, para o investimento,



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

recebidos do Governo Regional e da Comunidade Europeia (67 milhões de euros), os quais, só por si, representam 54% do total do Capital Próprio.

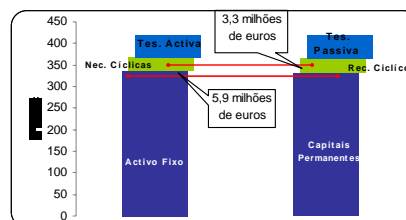
A não consideração dos referidos subsídios contabilizados na rubrica Proveitos Diferidos, fixa a autonomia financeira em 14%, situação que é caracterizadora da debilidade da empresa, nomeadamente da sua estrutura financeira.

Em termos de Liquidez Geral verifica-se que o Exigível a Curto Prazo se encontra a financiar o Activo com permanência na Empresa superior a um ano (imobilizado). Esta situação agrava-se quando não se considera o efeito das Existências.

O princípio do equilíbrio financeiro mínimo aconselha que se financie um activo com um capital de maturidade (ou exigibilidade) compatível com a vida económica desse activo e respectiva capacidade de geração de fluxos de caixa¹⁶.

A análise efectuada ao Equilíbrio Financeiro da empresa permite concluir que:

- ▶ os capitais permanentes da empresa são insuficientes para o financiamento do activo fixo (Fundo de Maneio no valor de -5,9 milhões de euros),
- ▶ o ciclo de exploração é financiado, exclusivamente pelos recursos cíclicos (Necessidades de Fundo de Maneio de -3,3 milhões de euros),
- ▶ os recursos cíclicos e o endividamento de curto prazo financiam o activo fixo (Tesouraria Líquida de - 2,6 milhões de euros).



Conclui-se assim, que a estrutura financeira da EDA é bastante desequilibrada, porquanto o activo fixo está a ser financiado pelos excedentes de exploração e pelo endividamento a curto prazo.

¹⁶ Cfr. Neves, João Carvalho, *Análise Financeira, Vol. I Técnicas Fundamentais*, 13.ª ed., Texto Editora, 2001, p. 140.



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

Em suma, a EDA, no ano de 2003, à semelhança de 2002, apresentou:

- ▶ um elevado nível de endividamento – 70% –;
- ▶ um financiamento bancário de 223,9 milhões de euros (76% do capital alheio);
- ▶ Activo Fixo financiado com excedentes de exploração e endividamento de curto prazo (5,9 milhões de euros);
- ▶ Investimento de 47 milhões de euros, o equivalente a 14% do activo fixo;

Verifica-se, ainda, que:

- ▶ 54% (67 milhões de euros) do Capital Próprio, para efeitos de análise económico – financeira, resulta dos subsídios a fundo perdido para o investimento, recebidos/facturados do Governo Regional e da Comunidade Europeia,
- ▶ Os Resultados Líquidos reflectem o impacto favorável da contabilização do subsídio à exploração relativo aos custos anuais de convergência do tarifário (39,4 milhões de euros).

Apura-se, assim que a EDA mantém a situação de desequilíbrio financeiro, à semelhança de 2002. O Capital Próprio (para efeitos de análise financeira) só atinge valores razoáveis por via, dos subsídios a fundo perdido ao investimento da Comunidade Europeia e do Governo Regional contabilizados em Proveitos Diferidos, e a melhoria nos Resultados Líquidos obtidos decorre essencialmente do subsídio à exploração relativo aos custos anuais de convergência do tarifário, dos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas e dos subsídios ao investimento da Comunidade Europeia e do Governo Regional.



Tribunal de Contas
Secção Regional dos Açores

IX.2. Ficha Técnica

Função	Nome	Cargo / Categoria
Coordenação	Carlos Bedo	Auditor Coordenador
	Jaime Gamboa	Auditor Chefe
Execução	Ricardo Soares	Téc. Verificador Superior Principal
	Ana Medeiros	Téc. Verificadora 2ª Classe
	Sónia Joaquim	Téc. Verificadora 2ª Classe



Tribunal de Contas

Secção Regional dos Açores

IX.3. Nota de Emolumentos

Nota de Emolumentos (Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio) (1)

Unidade de Apoio Técnico – Operativo III		Relatório A 19/2002/2003
Entidade fiscalizada:	Electricidade dos Açores, S.A.	
Sujeito(s) passivo(s):	Electricidade dos Açores, S.A.	

Entidade fiscalizada	Com receitas próprias	
	Sem receitas próprias	

Descrição	Base de cálculo			Valor
	Unidade de tempo (2)	Custo standart (3)	Receita Própria	
Preparação	134	€ 88,29		€ 11.830,86
Trabalhos de campo	60	€ 88,29		€ 5.297,40
Elab. relato e análise contraditório	126	€ 88,29		€ 11.124,54
1% Receitas Próprias				
Emolumentos calculados				€ 28.252,80
Emolumentos mínimos (4)		€ 1 551,65		
Emolumentos máximos (5)		€ 15 516,50		
Emolumentos a pagar			€ 15 516,50	
Empresas de auditoria e consultores técnicos (6)				
Prestação de serviços				
Outros encargos				
Total de emolumentos e encargos a suportar pelo sujeito passivo				€ 15 516,50

Notas

<p>(1) O Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, foi rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 11-A/96, de 29 de Junho, e alterado pela Lei n.º 139/99, de 28 de Agosto, e pelo artigo 95.º da Lei n.º 3-B/2000, de 4 de Abril.</p> <p>(3) Custo standart, por UT, aprovado por deliberação do Plenário da 1.ª Secção, de 3 de Novembro de 1999:</p> <ul style="list-style-type: none">— Acções fora da área da residência oficial € 119,99— Acções na área da residência oficial € 88,29	<p>(4) Emolumentos mínimos (€ 1 551,65) correspondem a 5 vezes o VR (n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas), sendo que o VR (valor de referência) corresponde ao índice 100 da escala indicatória das carreiras de regime geral da função pública, fixado actualmente em € 310,33, pelo n.º 1.º da Portaria n.º 205/2004, de 3 de Março.</p> <p>(5) Emolumentos máximos (€ 15 516,50) correspondem a 50 vezes o VR (n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas), sendo que o VR (valor de referência) corresponde ao índice 100 da escala indicatória das carreiras de regime geral da função pública, fixado actualmente em € 310,33, pelo n.º 1.º da Portaria n.º 205/2004, de 3 de Março.</p> <p>(6) O regime dos encargos decorrentes do recurso a empresas de auditoria e a consultores técnicos consta do artigo 56.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 10.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas.</p>
---	---